



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES/CECA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
NÍVEL DE MESTRADO/PPGE  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, ESTADO E EDUCAÇÃO

**O PROGRAMA JOVENS EMPREENDEDORES PRIMEIROS  
PASSOS DO SEBRAE E A DIVULGAÇÃO DO  
EMPREENDEDORISMO NA EDUCAÇÃO**

**GABRIELI BOENKE DE CAMARGO**

CASCADEL - PR

2018



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES/CECA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
NÍVEL DE MESTRADO/PPGE  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, ESTADO E EDUCAÇÃO

**O PROGRAMA JOVENS EMPREENDEDORES PRIMEIROS  
PASSOS DO SEBRAE E A DIVULGAÇÃO DO  
EMPREENDEDORISMO NA EDUCAÇÃO**

**GABRIELI BOENKE DE CAMARGO**

CASCADEL – PR

2018



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES/CECA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
NÍVEL DE MESTRADO/PPGE  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, ESTADO E EDUCAÇÃO

**O PROGRAMA JOVENS EMPREENDEDORES PRIMEIROS  
PASSOS DO SEBRAE E A DIVULGAÇÃO DO  
EMPREENDEDORISMO NA EDUCAÇÃO**

**GABRIELI BOENKE DE CAMARGO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, área de concentração Sociedade, Estado e Educação, linha de pesquisa: Educação, Políticas Sociais e Estado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UNIOESTE – Campus de Cascavel, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre(a) em Educação.

Orientador(a):

Prof<sup>(a)</sup>. Dr<sup>(a)</sup>. Isaura Monica Souza Zanardini

CASCADEL - PR

2018



Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Cascavel CNPJ 78680337/0002-65  
Rua Universitária, 2069 - Jardim Universitário - Cx. P. 000711 - CEP 85819-110  
Fone:(45) 3220-3000 - Fax:(45) 3324-4566 - Cascavel - Paraná



PARANÁ  
GOVERNO DO ESTADO

## GABRIELI BOENKE DE CAMARGO

O Programa Jovens Empreendedores Primeiros Passos do SEBRAE e a divulgação do empreendedorismo na educação

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Mestra em Educação, área de concentração Sociedade, Estado e Educação, linha de pesquisa Educação, Políticas Sociais e Estado, APROVADO(A) pela seguinte banca examinadora:

Orientador(a) - Isaura Monica Souza Zanardini

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)

---

Fabiano Antonio dos Santos

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

---

Simone Sandri

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)

Cascavel, 27 de fevereiro de 2018

## Agradecimentos

Agradeço a Deus, em primeiro lugar; aos meus pais, por terem me dado a vida e pelo carinho, dedicação e incentivo, Terezinha Boenke e Otto Antonio Boenke (em memória).

Agradeço ao meu esposo, por ter me convencido a fazer o mestrado e por não ter me deixado desistir em nenhum momento.

Agradeço a minha sogra e ao meu sogro, por terem entendido todos os momentos em que me afastei para estudar.

Agradeço a minha orientadora, Isaura Monica Zanardini, por ter me proporcionado muitos momentos de conhecimento e discussões, durante as orientações.

Agradeço ao professor João Zanardini e à professora Rosane Toebe, por terem me ajudado com o projeto para concorrer à vaga no Mestrado.

Agradeço à Escola Municipal Edison Pietrobelli CAIC – II, principalmente, à diretora, por ter me liberado para todas as aulas.

Agradeço aos meus companheiros de orientação, Suzanete e Ivã, por ajudarem sempre nas discussões e por todos os momentos de descontração, durante esses dois anos.

Agradeço a todos os professores do Programa de Mestrado em Educação da UNIOESTE e a todos os colegas, tanto das disciplinas obrigatórias, como os das disciplinas eletivas de cada linha de pesquisa.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento;
- BM – Banco Mundial;
- BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico;
- CEBRAE – Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa;
- CESAR – Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife;
- EUA – Estados Unidos da América;
- FIPEME – Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresa;
- FMI – Fundo Monetário Internacional;
- FUMSOFT/MG – Sociedade Mineira de Software/Minas Gerais;
- FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério;
- GEAMPE – Grupo de Executivo de Assistência à Média e Pequena Empresa;
- JEPP – Jovens Empreendedores Primeiros Passos;
- LDB – Lei de Diretrizes e Bases;
- MEC – Ministério da Educação;
- NEBAS – Necessidades Básicas de Aprendizagem;
- ONGs – Organização não Governamental;
- PRELAC – Projeto Regional de Educação para a América Latina e o Caribe;
- SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas;
- SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial;
- SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial;
- SOFTEX/CNPq – Associação para a Promoção da Excelência do Software Brasileiro;
- UFPE – Universidade Federal de Pernambuco;
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura;

CAMARGO, Gabrieli Boenke de. **O Programa Jovens Empreendedores Primeiros Passos do Sebrae e a divulgação do empreendedorismo na Educação**. 2018. 93 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação. Área de concentração: Sociedade, Estado e Educação, Linha de Pesquisa: Educação, Políticas Sociais e Estado. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2018.

## RESUMO

A ideologia do empreendedorismo vem ganhando visibilidade no campo educacional, nos últimos anos, propiciando à educação um caráter empresarial. Por isso, surgiu a necessidade de questionar essa ideologia, buscando compreender o que é o empreendedorismo e: como tal “ideologia educacional” está fundamentada? O que é a Pedagogia das Competências? E, por fim, o que é o curso Jovens Empreendedores Primeiros Passos e como esse trata a ideologia do empreendedorismo? Para responder essas questões, postula-se como objetivo geral analisar o material proposto pelo programa do SEBRAE denominado: Jovens Empreendedores Primeiros Passos (JEPP), responsável pela disseminação da ideologia empreendedora em escolas de educação básica. Os objetivos específicos são: investigar as orientações internacionais para o empreendedorismo e a pedagogia das competências; caracterizar as relações entre o empreendedorismo e a pedagogia das competências na educação básica e; analisar o curso JEPP do SEBRAE, compreendendo como o material trata a ideologia do empreendedorismo nas escolas de educação básica. A pesquisa está organizada em quatro capítulos: no primeiro, há algumas considerações sobre o mundo do trabalho, o Estado e as políticas sociais; no segundo, aborda-se sobre o Banco Mundial e suas influências para o campo da educação básica; no terceiro, apresenta-se a pedagogia das competências como reprodução do mundo do trabalho; e, no quarto, explana-se sobre o curso Jovens Empreendedores Primeiros Passos. Para o desenvolvimento da pesquisa, foi realizada uma investigação bibliográfica e documental tanto em fontes primárias como em fontes secundárias, considerando os elementos sociais, culturais, econômicos e políticos fundamentais para a pesquisa.

**Palavras-chave:** empreendedorismo, pedagogia das competências, programa Jovens Empreendedores Primeiros Passos.

CAMARGO, Gabrieli Boenke de. **The Sebrae Young Entrepreneurs First Steps Program and the dissemination of entrepreneurship in Education** . 2018. 93 f. Dissertation (Master in Education). Postgraduate Program in Education. Area of concentration: Society, State and Education, Research Line: Education, Social Policies and State, State University of Western Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2018.

## ABSTRACT

The entrepreneurship ideology has been highlighted in the educational field through recent years and it is giving education a business character. Hence, the need to question this ideology in order to understand what entrepreneurship is, in what this "educational ideology" is based on and what is Competence Pedagogy? Finally, what is the Young Entrepreneurs First Steps course and how does it deal with the entrepreneurship ideology? To answer these questions, the general objective is to analyze the material proposed by the SEBRAE program called: *Jovens Empreendedores Primeiros Passos - JEPP* (Young Entrepreneurs First Steps), responsible for the dissemination of entrepreneurial ideology in basic education schools. The main objectives are: to investigate international guidelines for entrepreneurship and the pedagogy of competencies; to point out the relations between entrepreneurship and the pedagogy of competences in basic education; analyze SEBRAE's JEPP course, understanding how the material deals with the ideology of entrepreneurship in basic education schools. The research is organized into four chapters: in the first, there are some considerations about the world of work, the state and social policies; in the second, the World Bank and its influences on basic education are discussed; in the third, the competence pedagogy as a reproduction of the world of work is presented; and in the fourth, the Young Entrepreneurs First Steps course is explained. For the development of the research, a bibliographical and documentary investigation was carried out both using primary and secondary sources, considering the social, cultural, economic and political elements fundamental to the research.

**Keywords:** Entrepreneurship, Competence Pedagogy, Young Entrepreneurs First Steps program.

## Sumário

<b>Introdução .....</b>	<b>9</b>
<b>1. Algumas considerações sobre o mundo do trabalho, o Estado e as políticas sociais .....</b>	<b>11</b>
<b>2. O Documento Prioridades y estrategias para la educación de 1996 e suas influências para o campo da educação básica .....</b>	<b>30</b>
<b>3. A Pedagogia das Competências como reprodução do mundo do trabalho.....</b>	<b>46</b>
<b>3.1 A Pedagogia das Competências .....</b>	<b>63</b>
<b>4. O curso Jovens Empreendedores Primeiros Passos .....</b>	<b>68</b>
<b>5. Considerações finais.....</b>	<b>84</b>
<b>6. Referências bibliográficas .....</b>	<b>87</b>

## 1. Introdução

A presente pesquisa tem como temática a educação para o empreendedorismo e a pedagogia das competências no curso Jovens Empreendedores Primeiros Passos (JEPP) do SEBRAE. O interesse sobre a temática vem desde o início da formação acadêmica e também da experiência profissional na educação básica tanto pública como privada. Como essa ideologia de educação vem ganhando força no âmbito educacional brasileiro, consideramos a pesquisa de relevância para analisarmos e compreendermos as consequências dessa concepção para o campo da educação<sup>1</sup>.

De forma preliminar, podemos afirmar que, cada vez mais, a educação busca atender à lógica do mercado e, desse modo, aos interesses da classe dominante. Nesse sentido, a cada ano, é possível perceber que a educação empreendedora vem se tornando mais comum nas instituições de ensino. No decorrer da pesquisa, retomaremos os princípios que fundamentam a ideologia do empreendedorismo, para entendermos como vem ganhando força no campo educacional.

Temos em vista problematizar o empreendedorismo e a pedagogia das competências no curso Jovens Empreendedores Primeiros Passos, a partir dos seguintes questionamentos: o que é o empreendedorismo e como essa “ideologia educacional” está fundamentada? O que é a Pedagogia das Competências? O que é o Curso Jovens Empreendedores Primeiros Passos? Procuraremos responder tais questões por meio da análise do material didático, disponibilizado para as escolas que adotam o Programa do 1º ao 5º ano do ensino fundamental.

A partir dessas questões, coloca-se como objetivo geral da pesquisa analisar o material proposto pelo programa do SEBRAE, denominado: Jovens Empreendedores Primeiros Passos (JEPP), responsável pela disseminação da ideologia empreendedora, em escolas de educação básica.

---

<sup>1</sup> O interesse sobre o tema veio, em um primeiro momento, no trabalho de conclusão do curso de pedagogia, com o título “O empreendedorismo como reprodução do capital”.

Os objetivos específicos são: Investigar as orientações internacionais<sup>2</sup> para o empreendedorismo e a pedagogia das competências; caracterizar as relações entre o empreendedorismo e a pedagogia das competências na educação básica e, por último, descrever o curso Jovens Empreendedores Primeiros Passos do SEBRAE, compreendendo como o material trata a ideologia do empreendedorismo nas escolas de educação básica no Brasil.

O SEBRAE vem sendo uma das instituições usadas pela ideologia empreendedora para a sua divulgação, sendo que mantém parcerias para proporcionar a capacitação das pequenas e microempresas. Mais recentemente, tem estreitado a relação com a educação básica, na tentativa de oferecer uma “educação empreendedora”, já nos primeiros anos de estudo das crianças, na busca de formar para o futuro profissionais com espírito empreendedor. Nesse sentido, o programa Jovens Empreendedores Primeiros Passos pretende proporcionar às escolas de ensino fundamental uma “cultura empreendedora”.

Inicialmente, procuramos apresentar aqui algumas considerações que avaliamos como fundamentais para a compreensão do mundo do trabalho, do Estado e das políticas sociais produzidas nos últimos anos. Realizamos uma revisão bibliográfica para a compreensão de termos como Capital Humano, Estado, ideologia, os princípios liberais, o papel da escola para, então, tratarmos, nos capítulos seguintes, da análise dos termos empreendedorismo e pedagogia das competências, no programa Jovens Empreendedores Primeiros Passos.

A pesquisa encontra-se organizada da seguinte maneira: na introdução, fazemos uma breve recuperação a respeito do tema e apresentamos a estrutura geral da pesquisa. No primeiro capítulo, fazemos menção sobre as orientações dos organismos internacionais, enfatizando as influências sobre a educação geral e, em seguida, mais especificamente, sobre a educação empreendedora.

---

<sup>2</sup>“As organizações internacionais são associações voluntárias de Estados que podem ser definidas da seguinte forma: trata-se de uma sociedade entre Estados, constituída através de um Tratado, com a finalidade de buscar interesses comuns através de uma permanente cooperação entre seus membros (SEITENFUS, 2012, p. 20)”.

No segundo e terceiro capítulos, apresentamos uma retomada histórica sobre o empreendedorismo e a pedagogia das competências, assim como sobre o seu papel na reprodução do capitalismo. No quarto capítulo, passamos a analisar o programa Jovens Empreendedores Primeiros Passos do SEBRAE, por meio da observação do material didático, procurando estabelecer relações com suas repercussões na educação básica.

Para realizar o estudo, procuramos desenvolver uma pesquisa qualitativa. A metodologia qualitativa baseia-se “em dados coligidos nas interações interpessoais, na co-participação das situações dos informantes, analisados a partir da significação que estes dão aos seus atos. O pesquisador participa, compreende e interpreta”. (CHIZZOTTI, 1991, p.52).

Por considerar a importância do contexto histórico da elaboração e divulgação da pedagogia das competências, bem como do tema mais amplo, o empreendedorismo, utilizamo-nos da investigação bibliográfica e documental, priorizando fontes que considerem os elementos sociais, culturais, econômicos e políticos relevantes para o tema em questão.

Para o desenvolvimento da pesquisa, utilizamos fontes primárias e secundárias (livros, artigos acadêmicos, dissertações, teses, relatórios de pesquisa, revistas de educação) e pesquisa documental (parâmetros e diretrizes curriculares, documentos produzidos pelo MEC, pelo Conselho Nacional de Educação, o documento do Banco Mundial de 1995, intitulado Prioridades y estratégias para la educación, documentos resultantes de Conferências Nacionais, bem como documentos fornecidos pelo SEBRAE, para a compreensão do curso JEPP).

## **1 Algumas considerações sobre o mundo do trabalho, o Estado e as políticas sociais**

Falar em empreendedorismo não é algo tão novo; esse tema passou a ser discutido no final do século XX, principalmente, em países da Europa e também por organismos internacionais, como o Banco Mundial, os quais já

consideravam a importância em investir em capital humano<sup>3</sup> para atender a um mercado supostamente cada vez mais competitivo.

Segundo a lógica que tem orientado o modelo social atual, todos os dias, as pessoas, de forma direta ou indireta, deveriam investir na sua formação enquanto sujeito dentro da sociedade capitalista. Tanto na visão da teoria do capital humano quanto na ideologia do empreendedorismo, os sujeitos não podem parar de investir na busca por conhecimento, mesmo que seja imediato.

No entanto, segundo Schultz: “O mero pensamento do investimento em seres humanos é ofensivo (1973, p. 33)”. Assim, o autor ressalta que pensar em investir nas pessoas, como uma mercadoria ou uma ferramenta, que causa repulsa, é algo inadequado. A maioria dos sujeitos não considera a educação diretamente como um investimento. Nesse sentido, a ideologia do empreendedorismo desenvolve-se como uma das principais ferramentas para a consolidação e reprodução das ideias de investimento em capital humano. Para essa teoria:

[...] tratar os seres humanos como riqueza que pode ser ampliada por investimentos é um ato contraditório a valores fundamente arraigados. Parece que seria reduzir o homem, mais uma vez, a um mero componente material, a alguma coisa afim com a propriedade material. E para o homem, olhar-se para si mesmo como um bem de capital, ainda que isso não ponha em perigo a sua liberdade, pode parecer um achincalhamento feito a si próprio. [...] Ao investirem em si mesmas, as pessoas podem ampliar o raio de escolha posto à sua disposição. Esta é uma das maneiras por que os homens livres podem aumentar o seu bem-estar (SCHULTZ, 1973, p. 33).

Nos últimos anos, ganhou espaço a teoria do capital humano e, juntamente com ela, suas “vertentes”, como a ideologia do empreendedorismo, da pedagogia das competências, das habilidades socioemocionais, entre

---

<sup>3</sup> Segundo Schultz (1973, p. 32): “Muito daquilo a que damos o nome de consumo constitui investimento em capital humano. Os gastos diretos com a educação, com a saúde e com a migração interna para a consecução de vantagens oferecidas por melhores empregos são exemplos claros. Os rendimentos auferidos, por destinação prévia, por estudantes amadurecidos que vão à escola e por trabalhadores que se propõem a adquirir um treinamento no local de trabalho são igualmente claros exemplos.”

outras que ajudam a fundamentar e propiciar forças para a teoria do capital humano, em sua utilização atual.

No Brasil, o tema também passa a ganhar forças, nos anos de 1990, com a chamada globalização<sup>4</sup> e com os avanços capitalistas, ofertando condições para o desenvolvimento da ideologia do empreendedorismo.

Portanto, o sistema capitalista é organizado pela propriedade privada e pela produção de mais-valia<sup>5</sup>, cuja definição se concretiza como o processo de exploração da força de trabalho dos trabalhadores, visto que o valor que é pago para o trabalhador é muito menor do que o valor do que ele realmente produziu. Enquanto o capitalista tem os meios de produção (instalações, maquinários, etc.), o trabalhador tem apenas a sua força de trabalho, para ser trocada por um salário, o qual tem papel fundamental na construção das condições necessárias para a manutenção e a sobrevivência do trabalhador.

Oferecer condições para o trabalhador reproduzir a força de trabalho é importante para todo o sistema produtivo capitalista, portanto, para o capital manter seu controle, é necessário perpetrar quer os trabalhadores estejam em condições mínimas de sobrevivência, porque a falta dessas condições mínimas levaria os trabalhadores à barbárie e, conseqüentemente, à destruição desse modelo de produção. Nesse processo, o papel do Estado é fundamental.

Com o desenvolvimento das relações de produção capitalista, foi necessária a produção do Estado para manter no plano formal os conflitos existentes entre a classe trabalhadora e a classe burguesa.

O Estado, para Marx e Engels:

[...] não é pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro; tampouco é a realidade da ideia moral, nem a imagem e a realidade da razão, como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando essa chega a

---

<sup>4</sup> Segundo o site Mundo Educação: “O processo de globalização é um fenômeno do modelo econômico capitalista, o qual consiste na mundialização do espaço geográfico por meio da interligação econômica, política, social e cultural em âmbito planetário. Porém, esse processo ocorre em diferentes escalas e possui conseqüências distintas entre os países, sendo as nações ricas as principais beneficiadas pela globalização, pois, entre outros fatores, elas expandem seu mercado consumidor por intermédio de suas empresas transnacionais” (<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/o-que-globalizacao.htm>).

<sup>5</sup> A mais-valia está diretamente relacionada à produção, ou seja, o trabalhador produz bem mais do que o necessário para pagar o seu salário.

um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais é o Estado (p.135-136).

Portanto, é possível tomar o Estado como produto da sociedade, resultado da luta de classes e “mediador” dos conflitos sociais entre burguesia e trabalhadores. Tais conflitos existem por causa das diferenças na base material dessa sociedade.

O Estado intervém de modo a atender aos interesses da sociedade, mas, em última instância, ele sempre vai atender aos interesses da burguesia. O capitalista precisa do trabalhador, por isso, o Estado observa as reivindicações e pressões políticas, produzindo políticas sociais que atendam, minimamente, os trabalhadores. Essas políticas, em grande medida, não são rentáveis para o capitalista; como exemplo, podemos citar políticas de infraestrutura, saúde, educação, entre outras, que se fazem necessárias para o trabalhador se manter e para a reprodução das relações capitalistas de produção.

As políticas sociais são conquistadas por meio das reivindicações e lutas travadas entre a classe dominante e a classe trabalhadora, sendo também um mecanismo encontrado pela classe dominante para manter sua hegemonia<sup>6</sup> sobre os trabalhadores. Por isso, as políticas sociais não mudam a condição do trabalhador, pelo contrário, constituem um mecanismo de reprodução, manutenção e controle das classes sociais.

Uma das principais “armas” do capitalismo é o discurso ideológico que produz, divulgando imagens e ideias, que são disponibilizadas pelas mídias de massa, para disseminar os valores considerados importantes, levando trabalhadores a disputarem entre si qual tem o papel mais importante. Assim,

---

<sup>6</sup> Para aprofundar o estudo sobre hegemonia, sugerimos o texto de Antônio Gramsci “Concepção dialética da história”, de 1978, e os “Intelectuais e a organização da cultura”, de 1978.

usando a ideologia e não a força, o capitalismo vem mantendo sua hegemonia política e econômica, tendo como seu principal agente o mercado.

Podemos dizer que o capitalismo “vende” a ideologia de ascensão social para o trabalhador, mas, para entendermos esse processo ideológico e todo o sistema em que estamos inseridos, precisamos compreender o que significa ideologia.

Segundo Severino:

A palavra “ideologia” chegou a ser usada, no século XVII, por alguns pensadores franceses, que ficaram conhecidos por “ideólogos”. Mas para eles, ideologia significava tão-somente “estudo das idéias”, idéias estas que entendiam formadas pelas impressões sensíveis. Estavam influenciados pelo empirismo inglês, que fundamentava o conhecimento unicamente na experiência dos sentidos (1986, p. 4).

O conceito de ideologia é uma construção da sociedade moderna, sendo a teoria marxista um importante referencial para compreender o significado dessa categoria.

Segundo a análise presente no dicionário marxista:

[...] enquanto os homens, por força de seu limitado modo material de atividade, são incapazes de resolver essas contradições na prática, tendem a projetá-las nas formas ideológicas de consciência, isto é, em solução puramente espirituais ou discursivas que ocultam efetivamente, ou disfarçam, a existência e o caráter dessas contradições (BOTTOMORE, 2013, p. 294).

A ideologia pode ser entendida como uma maneira que o ser humano encontrou para “mascarar” a realidade e confirmar a hegemonia da classe burguesa, a qual tem o domínio da sociedade em que vivemos.

Fazendo uma relação com o objeto da pesquisa, o conceito sobre ideologia é fundamental para a compreensão e análise do empreendedorismo como uma das vertentes ideológicas da Teoria do Capital Humano, para a reprodução e manutenção do sistema capitalista. Nesse sentido, a ideologia do empreendedorismo cumpre o papel de disfarçar as reais consequências e intenções do sistema.

Ainda segundo o dicionário marxista, em um primeiro momento:

[...] a ideologia surge como um conceito negativo e restrito. É negativo porque compreende uma distorção, uma representação errônea das contradições. É restrito porque não

abrange todos os tipos de erros e distorções (BOTTOMORE, 2013, p. 294).

Podemos entender que a ideologia tem uma conotação negativa, no sentido de que “cria” verdades que não condizem com a realidade material e, ao mesmo tempo, é restrita porque tem limitações e produz concepções, por vezes, equivocadas sobre o contexto real. A ideologia serve o capital, mas, ao mesmo tempo, pode ser o espaço para a luta das contradições existentes dentro da sociedade capitalista.

Uma ideologia pode ser tão bem produzida que os seus seguidores a tomam como uma verdade absoluta e são capazes de se autodestruírem para atender ao seu objetivo ideológico.

Para se destruir uma ideologia, é preciso que as condições que a criaram sejam superadas na prática, ou seja, uma ideologia só existe e ganha forças quando são propiciadas as condições no plano concreto e seu oprimido tem que, de alguma forma, se sentir recompensado por seguir determinada corrente ideológica. Ao contrário de uma guerra, em que o opressor busca convencer seus oprimidos, por meio do medo, a ideologia convence as pessoas utilizando discursos bem elaborados, baseados em uma hegemonia política e cultural de convencimento das pessoas.

Segundo Bottomore (2013), a ideologia nem sempre é vista ou compreendida como negativa. Na verdade, a ideologia é o pensamento de uma classe, sendo que não é necessário pertencer, na base material, a tal classe para seguir seus preceitos ideológicos; ou seja, um determinado trabalhador considera-se melhor que os outros e acredita pertencer à classe burguesa, mesmo não pertencendo, sendo capaz de ir contra a sua base material para defender os interesses da classe social, que acredita ser a sua. Portanto, uma ideologia atende a determinados interesses.

Na análise do dicionário marxista:

Numa situação de confrontação de classes, a ideologia parece estar ligada aos interesses da classe dominante e sua crítica aos interesses das classes dominadas; em outras palavras, a crítica da ideologia da classe dominante é realizada a partir de uma posição de classe diferente, ou – por extensão – de um diferente ponto de vista ideológico (BOTTOMORE, 2013, p. 296).

Entendemos, portanto, nesse texto, que o termo ideologia seria a consciência de determinada classe social, ou seja, faz parte dos meios que ela usa para se manter dentro da sociedade, fazendo com que outras pessoas a sigam. A ideologia “[...] está relacionada com a capacidade de inspirar atitudes concretas e proporcionar orientações para a ação (BOTTOMORE, 2013, p. 297)”. Nesse sentido, entendemos que, por meio de uma ideologia, os homens seguem uma determinada classe. A escolha da classe a ser seguida irá depender das disputas ideológicas que levaram o sujeito a seguir determinada ideologia, mesmo que essa não seja a condizente com a base material do sujeito.

O Estado capitalista tem como base os princípios da ideologia liberal, que, no início da sua constituição, enquanto teoria, buscava o progresso da sociedade, a qual, até aquele momento histórico, vivia sob as leis do Feudalismo. O liberalismo possuía, então, uma dimensão revolucionária naquele período histórico e hoje tem uma condição de contribuir com a conservação da sociedade.

Passamos a descrever os cinco princípios<sup>7</sup> que embasam toda a teoria liberal, os quais são fundamentais para a compreensão e análise do que temos hoje como a teoria do Capital Humano, assim como uma das suas vertentes ideológicas, o empreendedorismo.

O **individualismo**, defendido pelo liberalismo, segundo a análise de Cunha:

[...] acredita terem os diferentes indivíduos atributos diversos e é de acordo com eles que atingem uma posição social vantajosa ou não. Daí o fato de o individualismo presumir que os indivíduos tenham escolhido voluntariamente (no sentido de fazerem aquilo que lhes interessa e de que são capazes) o curso que os conduziu a um certo estágio de pobreza ou riqueza. Se a autoridade não limita nem tolhe os indivíduos, mas, ao contrário, permite a todos o desenvolvimento de suas potencialidades, o único responsável pelo sucesso ou fracasso social de cada um é o próprio indivíduo e não a organização social (1979, p. 28-29).

Podemos analisar que essa teoria sempre vai culpabilizar o sujeito pelo sucesso ou fracasso em sua vida. Usam, todos os dias, como exemplo,

---

<sup>7</sup> Consideramos importante trazer os princípios, uma vez que se realizam, como esperamos mostrar nessa pesquisa, na ideologia do empreendedorismo.

peessoas que, por algum motivo ou outro, alcançaram êxito em sua carreira e, conseqüentemente, ficaram ricas; assim, culpam as pessoas que não tiveram as mesmas condições. Hoje, a ideologia do empreendedorismo é usada para justificar o sucesso de alguns, dizendo que as pessoas que alcançam sucesso profissional foram capazes de ser empreendedoras, usando as oportunidades que tiveram para almejar melhores posições, em relação aos que não souberam usar as oportunidades da vida.

O segundo princípio, defendido pelo liberalismo, é a **liberdade**. Segundo Cunha:

[...] a liberdade é condição necessária para a defesa da ação e das potencialidades individuais, enquanto a não – liberdade é um desrespeito à personalidade de cada um. O liberalismo usa do princípio da liberdade para combater os privilégios conferidos a certos indivíduos em virtude de nascimento ou credo. O princípio da liberdade presume que um indivíduo seja tão livre quanto outro para atingir uma posição social vantajosa, em virtude de seus talentos e aptidões (1979, p. 29).

O sujeito é livre para realizar suas atividades; as pessoas acreditam que podem fazer o que quiserem, comer ou frequentar qualquer lugar que quiserem, mas, na verdade, essa liberdade está só no plano ideológico porque as pessoas só podem fazer o que o seu dinheiro conseguir pagar. Esse princípio liberal também está presente no discurso ideológico do empreendedorismo, sendo usado para que as pessoas acreditem que são livres para realizar seus desejos profissionais e, automaticamente, também são as culpadas caso isso não ocorra.

Outro princípio liberal é o direito à **propriedade**. Segundo esse princípio, todas as pessoas podem adquirir a sua propriedade por meio do trabalho e do esforço. Segundo Cunha:

[...] é entendida como um direito natural do indivíduo, e os liberais negam autoridade a qualquer agente político para usurpar seus direitos naturais. Na ‘Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão’, da Revolução Francesa, a propriedade aparece imediatamente após a liberdade entre os “direitos naturais imprescritíveis” (1979, p. 30).

A **igualdade**, enquanto princípio liberal, não diz respeito à sonhada igualdade social, mas sim, à igualdade garantida perante a lei, ou seja, para a lei, todos os sujeitos da sociedade são iguais, tendo o seu direito à vida e aos

próprios princípios liberais da propriedade, da liberdade, garantidos pela lei.

Segundo Cunha:

[...] para a doutrina liberal, como os homens não são individualmente iguais, é impossível querer que sejam socialmente iguais. Pelo contrário, a igualdade social é nociva, pois provoca uma padronização, uma uniformização entre indivíduos, o que é um desrespeito à individualidade de cada um (1979, p. 31).

Esses dois princípios liberais, o direito à propriedade e o direito à igualdade, também estão presentes na ideologia do empreendedorismo, ou seja, todos têm o direito à igualdade, na hora de buscar ter a sua propriedade ou, no caso, o seu próprio negócio.

O quinto princípio liberal, o qual faria, segundo a perspectiva liberal, com que todos os outros fossem garantidos, é a **democracia**. Segundo Cunha, a democracia “consiste no igual direito de todos de participarem do governo através de representantes de sua própria escolha (1979, p. 33)”.

Portanto, esses são os cinco princípios teóricos que fundamentam toda a teoria liberal, desde sua construção no século XVIII, pela burguesia francesa, sendo Adam Smith seu principal idealizador.

Os princípios liberais são também a base estrutural da teoria do Capital Humano e do que conhecemos por ideologia do empreendedorismo e da pedagogia das competências, pois, se realizarmos uma leitura mais profunda desses conceitos, poderemos analisar que há uma relação estreita uns com os outros.

Segundo Petras:

O liberalismo do século XVIII surgiu como uma doutrina que desafiava as restrições feudais ao comércio e à produção. Ele buscava minar as bases dos regimes “patrimonialistas” e permitia a livre-troca do trabalho por salários; a conversão da riqueza em capital; a transformação, da simples produção em acumulação de capital. Poder-se-ia dizer que, ao solapar as restrições feudais sobre a circulação de mercadorias, trabalho e capital, o liberalismo desempenhou um “papel revolucionário”, embora brutal e explorador, especialmente nas colônias e semicolônias (1997, p.15).

No século XVIII, o liberalismo se desenvolveu como uma teoria revolucionária, pois lutava contra as imposições do feudalismo. O liberalismo teve o seu desenvolvimento e crescimento durante quase todo o século XIX.

Já no início do século XX, segundo Petras (1997), o liberalismo passou a sofrer o seu declínio, primeiro com a Primeira Guerra Mundial e depois nos anos 1930, sofrendo o seu colapso. A partir de 1945, passou a se desenvolver a teoria que ficou conhecida como “neoliberalismo”<sup>8</sup>, sendo consolidada a partir dos anos 1970 e, desde então, vem sendo posta em prática até os dias atuais.

Como mostra Petras (1997), a teoria liberal e a teoria neoliberal têm muito em comum, no entanto, as diferenças acontecem em relação ao contexto de seu desenvolvimento, tendo o liberalismo um caráter “revolucionário”, uma vez que promoveu, em certa medida, mudanças positivas para a burguesia, na sociedade que era feudal. Já o neoliberalismo mostrou-se como um retrocesso, porque vai contra o “Estado de bem-estar social”<sup>9</sup>, levando muitos trabalhadores à perda de seus direitos.

Na análise de Fiori, o liberalismo passou por reformulações, no decorrer da história, sem, entretanto, implicar mudanças em sua essência. Continua tendo como pontos-chaves:

[...] “o menos de Estado e de políticas possíveis”. Isto é, desde os pais pioneiros do liberalismo, a proposta foi, e segue sendo, a busca da despolitização total dos mercados e a liberdade absoluta de circulação dos indivíduos e dos capitais privados. [...] Em segundo lugar, antes como agora, segue sendo feita pelos neoliberais a mesma defesa intransigente do individualismo. Em terceiro lugar, antes como agora, o tema da desigualdade social apareceu no discurso dos liberais, assim como dos neoliberais, apenas enquanto igualação de oportunidades ou condições iniciais igualizadas para todos (FIORI, 1997, p. 202).

Uma das mudanças que a teoria liberal colocaria em prática, que levou muitas pessoas, na sua origem, a defender, em razão do argumento da mobilidade social, era que os filhos não precisavam mais seguir os passos dos pais, ou seja, o filho de um camponês pobre poderia seguir suas “potencialidades” e exercer qualquer função dentro da sociedade. Podemos dizer que aí já encontramos os princípios que hoje fundamentam a ideologia do empreendedorismo.

---

<sup>8</sup> O neoliberalismo é a reorientação da teoria liberal, tendo como principal característica o mínimo do Estado na tomada de decisões.

<sup>9</sup> O Estado de bem-estar social é quando o Estado garante as condições mínimas necessárias de assistência social para a classe trabalhadora.

Segundo Fiori, podemos encontrar diferenças durante o desenvolvimento do liberalismo, sendo a primeira: “[...] o individualismo liberal se apresenta hoje com a pretensão explícita de se formalizar, enquanto “individualismo metodológico” (1997, p. 203)”. Ou seja, busca-se formalizar o individualismo. Outro ponto importante, na análise de Fiori, diz respeito ao fato de que se traz para a:

[...] discussão das políticas de Saúde conceitos de eficiência, de equilíbrio, de convergência, que são absolutamente subsidiárias de uma discussão da teoria econômica que até hoje não está concluída, mas que assim mesmo já é amplamente exportada para outros campos do saber teórico ou aplicado (1997, p. 204).

Como mostra Fiori (1997), os termos e os saberes da área econômica passam a fazer parte de outras áreas, mais especificamente, nos anos 1980 e 1990, quando se ampliou a todos o acesso a essas informações, que se mostraram como imposições “necessárias” para o desenvolvimento global.

Analisando a fala dos autores citados, podemos verificar que, durante o percurso histórico, no seu início, a teoria liberal proporcionou alguns avanços na sociedade, que vivia sobre a égide do Feudalismo e passou a viver as mudanças proporcionadas pela teoria liberal. No entanto, o neoliberalismo não proporcionou avanços para a classe trabalhadora, ao contrário, só atende aos interesses de grandes empresas internacionais e dos bancos estrangeiros, os quais detêm o poder econômico do mundo.

Na análise de Petras:

As políticas neoliberais podem ser resumidas em cinco metas essenciais: estabilização (de preços e das contas nacionais); privatização (dos meios de produção e das empresas estatais); liberalização (do comércio e dos fluxos de capital); desregulamentação (da atividade privada) e austeridade fiscal (restrições aos gastos públicos). Tais políticas têm sido implementadas em diversos graus e de várias formas na América Latina (1997, p. 18).

Podemos analisar que o Brasil também passou a vivenciar as consequências dessas cinco metas, principalmente, no que se refere à austeridade fiscal, pois os governos vêm retirando da população direitos que foram conquistados por meio de reivindicações e lutas sociais.

Segundo Petras:

A política neoliberal é o resultado da ascensão de uma nova classe de capitalistas transnacionais latino-americanos que possuem enormes investimentos e contas bancárias nos Estados Unidos e na Europa, e que são proprietários de indústrias exportadoras e de bancos ligados aos circuitos internacionais. Esses grupos controlam e determinam a estratégia externa que os intelectuais e dirigentes definem como sendo “a única alternativa” (1997, p. 31).

Na análise de Petras (1997), o fato do controle do mercado estar nas mãos de empresas transnacionais foi um dos fatores que levou ao declínio dos direitos trabalhistas, já que, em alguns países, a população não tem outra opção e acaba trabalhando em regime semiescravocrata. A lógica de funcionamento dos mercados internacionais permite que esses países exportem seus produtos a preços muito baixos, obrigando os outros países a reduzirem os custos com mão-de-obra, conseqüentemente, reduzindo direitos trabalhistas.

Petras (1997) faz uma esquematização e divide em três camadas o impacto do livre mercado sobre os trabalhadores. Na primeira, estão aqueles que conseguem se ligar aos “circuitos financeiros comerciais externos” (1997, p. 32), os quais, conseqüentemente, são os principais defensores da teoria neoliberal em todos os âmbitos. Na segunda camada, estão os funcionários públicos e privados, que vêm perdendo direitos e sendo explorados pelo trabalho, com péssimas condições de remuneração. Na terceira camada, estão os trabalhadores da economia informal, ou seja, os empreendedores. É para eles que existem programas, como o do SEBRAE, para a classe trabalhadora aprender a ideologia do empreendedorismo. E, abaixo dessas camadas, estão os que fazem parte do crime, que também têm aumentado, em conseqüência do avanço do livre mercado.

Analisando a fala de Petras, podemos dizer que muitos dos trabalhadores, que se encaixam nessa terceira camada, são definidos hoje como empreendedores, porque não existe lugar para eles no mercado formal. Assim, desenvolve-se um novo tipo de trabalhador, que precisa ser capaz de buscar atender às suas necessidades e às da sua família.

Para entender a produção do empreendedorismo, é necessário retomar o processo estabelecido, a partir nos anos 1970, o que Harvey (1992) chama de “acumulação flexível”, visto que pode ser considerado um momento chave

para o desenvolvimento e consolidação do que conhecemos hoje como empreendedorismo.

Segundo Harvey:

A acumulação flexível [...] se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas [...] (1992, p. 140).

Nesse período, passa a ser desenvolvido o novo modelo de mercado, que existe hoje, no qual as relações de produção são mais rápidas e os trabalhadores precisam ser adaptáveis às condições do trabalho.

Segundo Harvey:

O acesso ao conhecimento científico e técnico sempre teve importância na luta competitiva; mas, também aqui, podemos ver uma renovação de interesses e de ênfase, já que, nem mundo de rápidas mudanças de gosto e necessidades e de sistemas de produção flexíveis [...], o conhecimento da última técnica, do mais novo produto, da mais recente descoberta científica, implica a possibilidade de alcançar uma importante vantagem competitiva. O próprio saber se torna uma mercadoria-chave, a ser produzida e vendida a quem paga mais, sob condições que são elas mesmas cada vez mais organizadas em bases competitivas (1992, p. 151).

Nesse contexto, a escola hoje tem fundamental importância para a consolidação e manutenção desse novo modelo de mercado produtivo, sendo nela que o trabalhador deveria desenvolver suas potencialidades.

No que diz respeito à educação, Cunha já afirmava, em 1979:

A escola, na medida em que concorre para a atualização das potencialidades e fixação da motivação, é, então, o mecanismo que redistribui os indivíduos. Filhos de pais colocados no cume da escala ocupacional poderão vir a situar-se nas posições inferiores, bem como o contrário. Funcionando assim, a educação escolar não terá como objetivo a eliminação das diferenças entre os homens, mas a construção de uma sociedade onde todas as posições da estrutura ocupacional, mesmo as mais veladas, estão disponíveis para os indivíduos de quaisquer origens, desde que adequadamente dotados e suficientemente motivados para competir por elas (1979, p. 21).

Cunha (1979) descreve o papel da escola, o qual ainda hoje se faz atual, porque a classe trabalhadora tem à sua disposição dois tipos de escola: a privada, voltada para os filhos das elites, com uma educação mais tradicional, e a escola pública, destinada à classe trabalhadora, que cada vez mais vem ensinando menos saberes e “vende” a falsa ideia de que, se o jovem trabalhar e desenvolver suas competências e habilidades, será capaz de alcançar grandes cargos e alta remuneração.

Essa escola, desigual para a classe trabalhadora, é a responsável por formar a mão de obra, que vai exercer o papel de empreendedores na sociedade, por isso, ela deve manter relações estreitas com entidades, como o SEBRAE e tantas outras que desenvolvem projetos com caráter empreendedor.

O sistema capitalista “vende” uma falsa autonomia da vida e das escolhas feitas pelas pessoas. Nesse sentido, a falsa autonomia vem sendo reforçada pelo conceito de equidade que, segundo Castelo Branco:

Significa, antes de mais nada, o deslocamento metodológico a qualquer referência sistêmica, estrutural e histórica das desigualdades sociais. A sua perspectiva é o indivíduo e a natureza. Segundo tal conceito, as desigualdades são explicadas a partir de uma suposta natureza humana. Cada indivíduo carrega dentro de si, de acordo com a distribuição aleatória da natureza, características inatas – como preguiça, indolência, ignorância, ou então frugalidade, parcimônia e inteligência. Se o indivíduo for agraciado por esses últimos dons, resta-lhe a sorte de acumular riqueza, pois tais dons dão uma enorme capacidade ao indivíduo de trabalhar e, portanto, de se apropriar de frações substantivas da riqueza social na forma do dinheiro; caso seja amaldiçoado por aqueles vícios, resta-lhe acumular miséria, pois o ócio e a vagabundagem são características típicas desta massa de seres incapazes para a ética do trabalho capitalista (2009, p. 82).

Nessa lógica, a culpa sempre vai ser do indivíduo, falseando o verdadeiro problema que é o sistema capitalista, que não tem lugar para que todos tenham as mesmas condições de vida. No entanto, as “pessoas” acreditam, por meio da construção ideológica, que a culpa é sua por não ter sido capaz de ser empreendedora da própria vida, buscando melhores condições dentro da sociedade. Usar a ideia de equidade é uma contradição presente no sistema capitalista, porque ela justifica as desigualdades sociais, por meio de “dons” que seriam inatos aos indivíduos. Já a ideologia do

empreendedorismo acredita que todos são capazes de desenvolver habilidades e potencialidades; por meio do esforço, o indivíduo seria capaz de alcançar riquezas.

O único modo de sociedade em todo o nosso percurso histórico, que tem a escola pública, é a sociedade burguesa. Isso mostra que o desenvolvimento do homem chegou a tal ponto, que não era mais possível viver sem uma educação institucionalizada, capaz de formar mão de obra especializada para cada tipo de trabalho.

Segundo Cunha:

O principal ideal liberal de educação é o de que a escola não deve estar a serviço de nenhuma classe, de nenhum privilégio de herança ou dinheiro, de nenhum credo religioso ou político. A instrução não deve estar reservada às elites ou classes superiores, nem ser um instrumento aristocrático para servir a quem possui tempo e dinheiro. A educação deve estar a serviço do indivíduo, do “homem total”, liberado e pleno (1979, p. 34).

Segundo a lógica liberal, a escola é tratada como um meio possível para justificar a ascensão ou frustração do sujeito. Nessa lógica, a escola é uma segunda oportunidade para aqueles que não nasceram com as habilidades necessárias para o desenvolvimento de suas potencialidades, então, poderá proporcionar o aprendizado da ideologia empreendedora; nesse sentido, a escola irá somente atender ao modelo econômico. Essa linha de pensamento culpa a pessoa pelos seus problemas e não a sua base material, em que reside o verdadeiro problema. Dessa maneira, voltamos aos princípios liberais, nos quais o “fracasso” é responsabilidade do sujeito, que se sente culpado, havendo assim o consentimento dos sujeitos sobre o seu fracasso.

O desenvolvimento tecnológico e a necessidade de mão de obra qualificada levaram a classe dominante a possibilitar determinado tipo de educação para todos. Para Althusser (1985), a escola é um aparelho ideológico do Estado para manter sob controle os trabalhadores, por meio do uso de uma ideologia que prega que a educação é um meio de ascensão social para o trabalhador, portanto, se o trabalhador não tiver êxito, a culpa é sua, segundo a ideologia capitalista.

A escola tem como principal papel a reprodução do sistema capitalista; no entanto, ela também tem se mostrado como um espaço para a luta dos trabalhadores, pela busca por uma educação mais humanizada. Assim, a escola é um campo de batalha para a classe trabalhadora buscar ampliação dos seus direitos.

Segundo Favoreto:

A escola pública passava a ser desejada como instrumento capaz de apaziguar as condições sociais e de preparar o trabalhador para as exigências do mercado, na vida urbana e do trabalho industrial. A escola pública surgia, assim, tanto como problema relativo ao sistema produtivo, quanto como expressão das contradições contidas nas relações sociais capitalistas (2008, p. 30).

A escola é necessária para o trabalhador, pois ele não tem os meios de produção, portanto, se vê obrigado a vender sua força de trabalho para sobreviver. Para fazer parte do mercado de trabalho e ter melhores condições de trabalhar, passa a ser essencial ter maior nível de instrução. O capital vende a ideia de que a escola pode mudar a realidade de todos os trabalhadores, no entanto, será que há postos de trabalho com melhores condições para todas as pessoas que a escola forma? A resposta para essa questão justifica a necessidade de ideologias, como a do empreendedorismo, porque o modelo de sociedade capitalista não tem condições de oferecer escolas e postos de trabalhos oficializados para todos os trabalhadores, por isso, esses modelos de educação flexíveis e adaptáveis são necessários, nessa lógica de produção.

Essa questão é fundamental para a compreensão dos problemas enfrentados pela sociedade. A resposta dessa questão desmistifica toda a teoria do Capital Humano e também a ideologia do empreendedorismo. No modelo de sociedade em que vivemos, não existem condições de oferecer postos de trabalho para altos níveis de escolarização a todas as pessoas, por isso, essas correntes teóricas, que culpabilizam os sujeitos, mostram-se tão favoráveis para o sistema capitalista.

Quando a educação passa a ser oferecida também para os filhos dos trabalhadores, é voltada para o trabalho, na forma restrita do mercado de trabalho. Desenvolve-se nas crianças a disciplina necessária para trabalhar,

sem ter uma compreensão de toda a realidade; não conhecem o seu real papel de trabalhador explorado, dentro dessa lógica capitalista de produção.

Segundo Favoreto:

A escola para a classe trabalhadora surge como uma necessidade produtiva, cujo objetivo inicial é qualificar, preparar e disciplinar a mão-de-obra para o trabalho, com o menor custo possível de capital e de tempo. E surge também a necessidade social, já que a revolução industrial, que representou um grande progresso material e a possibilidade de libertar o homem dos limites locais e do trabalho pesado, também criou uma massa humana que, expropriada dos bens materiais e valores morais, passou a morar nos becos imundos que passaram a existir atrás dos palácios e das grandes fábricas (2008, p. 36).

A escola produz, em certa medida, a mão de obra que o capitalismo precisa para o mercado; no entanto, ela também é o espaço de disputa entre o mercado e busca a humanização dos trabalhadores. A sociedade capitalista forma um homem unilateral, ou seja, forma apenas para o trabalho, que, da forma como é realizado na sociedade capitalista, o aliena<sup>10</sup> da realidade. Esse homem não é capaz de ver a totalidade e muito menos a contradição presente na sociedade em que vive.

Nos últimos anos, o mercado vem desenvolvendo cada vez mais estratégias para desapropriar o trabalhador, pois ele produz, mas não pode, em muitos casos, consumir a sua produção. A lógica do mercado é que o trabalhador consuma cada vez mais, no entanto, sempre são lançados novos produtos e ele nunca vai estar satisfeito.

A busca por um consumo exagerado vem juntamente ao discurso de uma nova educação, pautada na pedagogia das competências. De acordo com essa orientação, competências ou habilidades socioemocionais (capacidade de saber lidar com as suas emoções) podem ser aprendidas e adquiridas, por meio da educação escolar. Nesse sentido, Texeira diz que:

Essa mudança poderia ser sintetizada como perda de importância das habilidades manuais em favor das habilidades

---

<sup>10</sup> A alienação, segundo Bottomore é a “[...] ação pela qual (ou estado no qual) um indivíduo, um grupo, uma instituição ou uma sociedade se tornam (ou permanecem) alheios, estranhos, enfim, alienados aos resultados ou produtos de sua própria atividade (e à atividade ela mesma), e/ou à natureza na qual vivem, e/ou a outros seres humanos, [...]” (BOTTOMORE, p. 18-19, 2013).”

cognitivas (leitura e interpretação dos dados formalizados; lógica funcional e sistêmica; abstração; dedução estatística; expressão oral, escrita e visual) e comportamentais (responsabilidade, lealdade e comprometimento; capacidade de argumentação; capacidade para trabalho em equipe; capacidade para iniciativa e autonomia; habilidade para negociação). Essas novas qualificações poderiam ser organizadas em três grandes grupos: novos conhecimentos práticos e teóricos; capacidade de abstração, decisão e comunicação; e qualidades relativas à responsabilidade, atenção e interesse pelo trabalho (TEIXEIRA, 1998; apud AMADEI, 2007, p. 13).

A educação, voltada para o desenvolvimento de habilidades cognitivas e emocionais, vem ganhando espaço nos discursos dos organismos internacionais, como, por exemplo, o Banco Mundial (BM). Já no âmbito nacional, o próprio Ministério da Educação (MEC) vem mostrando o seu apoio a estudos sobre como ensinar as competências ou habilidades socioemocionais, na educação básica brasileira, com o argumento de que essas poderiam aumentar o sucesso escolar dos alunos. Em 2013, o então ministro da educação Aloizio Mercadante fez a seguinte afirmação “Precisamos criar a cultura do empreendedorismo na juventude”, a qual está disponível on-line<sup>11</sup>.

Em seu portal eletrônico, o Ministério da Educação e da Cultura tem disponível uma versão preliminar do documento intitulado “EDUCAÇÃO ECONÔMICA E EMPREENDEDORISMO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA: PROMOVEDO O PROTAGONISMO INFANTO-JUVENIL”, o qual traz considerações sobre a educação empreendedora. Esse documento afirma:

A complexidade do mundo moderno impõe um processo educativo que estimule novos conhecimentos, habilidades, aptidões e valores capazes de promoverem o desenvolvimento do potencial empreendedor que todo ser humano traz consigo, independentemente, de sua condição social; uma educação que gera no educando a autonomia de pensamento, sentimento, valoração, iniciativa e ação para empreender a própria vida. É por meio da educação que o empreendedorismo brasileiro poderá sair ganhando e vice-versa (BRASIL, s/d, p. 3).

---

<sup>11</sup><http://portal.mec.gov.br/component/content/209-noticias/564834057/18739-ministerio-lanca-programa-para-incentivar-o-empendedorismo?Itemid=97>.

A educação vem sendo aplicada pelo Estado e pela ideologia dominante para manter o controle e subordinar as pessoas a atender aos interesses dessa mesma classe. O trabalhador foi um sujeito produzido na escola para receber os comandos do capital, de modo a atender às necessidades do mercado. No entanto, é necessário buscar maiores ferramentas para que a escola, cada vez mais, possa ser um espaço de luta, no qual o trabalhador venha formar seus filhos, a fim de que possam compreender seu papel dentro da sociedade capitalista, tornando a escola não mais um local onde somente a ideologia capitalista predomine.

Para melhor atender tais necessidades, a partir de 1990, começaram a ser realizadas as reformas do Estado. Todo o aparelho Estatal sofreu mudanças, no entanto, as mais significativas foram nas áreas de atendimento social. Com a educação, não foi diferente; o modelo gerencial ganhou forças. Segundo Carvalho:

[...] com o modelo gerencial, o Estado deixa de ser investidor e mantenedor, eximindo-se da responsabilidade direta de produzir e fornecer bens ou serviços e assumindo o papel de regulador e facilitador da iniciativa privada. Pressupõe-se, portanto, que ele seja árbitro, não parte, pois sua intervenção consiste em redistribuir ou realocar recursos, em introduzir regras orientadas das relações entre os prestadores públicos e privados, em avaliar previamente necessidades e recursos disponíveis, em definir antecipadamente metas e posteriormente monitorar sua realização. Separa-se, assim, a função de governar e a de executar (2009, p. 1148).

Isso significa que o Estado fica cada vez mais distante da regulamentação da sociedade, fazendo com que o mercado seja o principal regulador das relações sociais, ou seja, os indivíduos terão menos proteção do Estado, no sentido, por exemplo, das políticas de previdência social, da saúde, da educação, levando-os a buscar esses serviços em instituições privadas; o sistema público só vai atender os extremamente desprovidos de condições. Logo, os indivíduos buscam, dentro de suas possibilidades, individualmente, a resolução de seus problemas e dos problemas do seu entorno, por isso, a educação para o empreendedorismo faz tanto sentido dentro do processo capitalista.

Ganham força, nesse contexto, organizações autônomas e sociais<sup>12</sup>, nas quais a população se une para resolver os problemas na escola do bairro, por exemplo; problemas que são responsabilidade do Estado. A ideia que se prega é que, se todos fizerem um pouco, poderemos resolver tudo sem depender do Estado, o qual é sempre muito lento e burocrático, já que temos como referência de qualidade o setor privado.

Dada a forte presença dos Organismos Internacionais na formulação de políticas educacionais para a América Latina e, em particular, para o Brasil, orientadas pela pedagogia das competências e pela ideologia do empreendedorismo, trataremos mais especificamente das orientações, oriundas do Banco Mundial para a educação, dentro desse novo contexto de mudanças econômicas e sociais.

## **2. O Documento Prioridades y estrategias para la educación de 1996 e suas influências para o campo da educação básica**

A partir da Segunda Guerra Mundial, começaram a ser desenvolvidas propostas para atender aos interesses econômicos e financeiros de determinados países, de forma estratégica, para que conseguissem manter a sua hegemonia como capitalistas.

Segundo Nogueira:

Em face da instabilidade econômica, o consenso entre as nações convergiu na urgência de se construir uma instância pública de decisão, capaz de coordenar e disciplinar os megapoderes privados. Assim, os Estados Nacionais deveriam propor e direcionar políticas públicas para a construção de um novo “ethos” econômico que compreendesse o desenvolvimento, a industrialização e o progresso social (1999, p. 26).

---

<sup>12</sup> Segundo Bresser Pereira, esse tipo de instituição tende a crescer no mundo todo e é uma entidade que se encontra “[...] em um espaço intermediário entre o Estado e o mercado, contribuindo para o fortalecimento das instituições democráticas, é mais eficiente e garante melhor qualidade para a realização desses serviços do que as organizações estatais ou privadas (199, p. 235)”. As organizações sociais são “[...] uma entidade pública de direitos privados que recebe um contrato de gestão com o estado e assim é financiado parcial ou mesmo totalmente pelo orçamento público (1998, p.243).”

Os Estados Unidos da América, nesse período, passam a se consolidar como uma potência mundial. A Inglaterra, os EUA e os demais países aliados fizeram acordos, dos quais resultaram a criação de organismos internacionais, como Banco Mundial, UNESCO, entre outras.

Dentro dos debates da Conferência de Bretton Woods<sup>13</sup>, defendeu-se a construção de um Banco que atuasse além da construção do pós-guerra e promovesse o desenvolvimento dos países.

O campo da reconstrução das consequências da guerra ocupará principalmente o Banco proposto em seus primeiros dias. Mas assim que possível, e com uma ênfase crescente à medida que passe o tempo, tem um segundo dever principal para si: a saber, desenvolver os recursos e a capacidade produtiva do mundo, para elevar o nível de vida e as condições de trabalho em todas as partes, para fazer dos recursos do mundo mais plenamente disponíveis para toda a humanidade (GEORGE & SABELLI, 1994:38; apud NOGUEIRA, 1999, p. 32).

De acordo com Nogueira (1999), o Banco Mundial foi criado no período pós-guerra, em 1945, para então auxiliar o estabelecimento de uma nova ordem econômica e o desenvolvimento de países destruídos pela guerra. Desde então, tem papel preponderante no desenvolvimento de políticas que envolvem o crescimento econômico desses países. Em seu discurso, o objetivo dessas instituições internacionais tem sido manter a ordem e impulsionar os países para o crescimento econômico, para não desenvolver novas crises mundiais, como aconteceu na Primeira e Segunda guerras.

No que se refere ao desenvolvimento dos países, observamos, a partir do estudo realizado, no primeiro momento, que o Banco Mundial não direcionou nenhuma política específica, no entanto, logo que os financiamentos começaram, seus dirigentes passaram a recomendar políticas.

Segundo Fonseca:

A lógica da confrontação direta não é a que preside a interação entre organismos financeiros internacionais e países-membros. Isto não quer dizer, no entanto, que tais organizações não utilizem meios indiretos de pressão, como a

---

<sup>13</sup> A conferência de Bretton Woods foi realizada em 1944, nos Estados Unidos, com a finalidade de estabelecer “regras que dessem estabilidade monetária (sem as flutuações selvagens da depressão de 1929) e ao mesmo tempo plena liberdade para seus capitais ocuparem o mundo (<https://www.pstu.org.br>)”.

fixação de cláusulas ou condicionalidades para a concessão de créditos e a aplicação de sanções pelo seu descumprimento. Assim considerado, o realismo substitui o enfoque da dependência pelo da interdependência. Nesse caso, a formulação de modelos, no sentido centro-periferia, passa a ser vista como um dado da realidade e não como uma forma de imposição hegemônica sobre o outro. Isto porque o modelo global supõe o equilíbrio sistêmico, no qual a relação centro-periferia se dá pela adaptação natural das nações a um determinado bloco de poder ou de um bloco em relação a outro. Para garantir a função reguladora, o sistema cria um conjunto de princípios, estratégias e mecanismos os quais são institucionalizados (por meio de órgãos internacionais, por exemplo) para permitir o controle de decisões inter e intranacionais. O uso da força dá lugar a uma espécie de chantagem, onde a adesão das nações implica pertencer ao sistema, seguir sua cartilha política e ter acesso aos seus benefícios que, na tese da interdependência, seriam balizados pelo critério de equanimidade. De outro lado, a não-adesão significa ficar fora da proteção do sistema e renunciar às pretensas vantagens oferecidas por ele, que podem ser de natureza comercial, tecnológica e financeira (1998, p. 44).

Podemos analisar que os investimentos do Banco Mundial buscam atender aos seus interesses, por meio da ideologia de que, se os países não buscarem seus investimentos, estarão fora da “proteção” que o Banco proporciona.

Segundo o Banco Mundial, seus investimentos em educação e saúde têm como características impulsionar o desenvolvimento econômico desses países, mais especificamente, para manter no controle os países economicamente desenvolvidos, já que, para esse organismo, a pobreza e a falta do atendimento das necessidades básicas dos seres humanos pode ser considerada um problema de segurança.

No início dos anos 1950, o papel do Banco Mundial começou a se alterar, para ampliar o controle econômico sobre os chamados países em desenvolvimento. O Banco passou a fornecer empréstimos como assistência econômica, política e militar, a fim de evitar o fortalecimento do comunismo.

O Banco Mundial alega defender, em seus “fundamentos”, a busca por melhores condições de vida para a população, por meio da formação de Capital Humano. No que se refere a isso, propõe ideias que servem de referencial para as políticas educacionais de muitos países. No entanto, não podemos esquecer que o Banco Mundial tem seus princípios fundamentados em determinado modelo econômico, que é sustentado pelo Neoliberalismo,

cujos fundamentos são a liberdade política e econômica, entendendo o mercado como regulador das relações sociais.

Segundo Fonseca:

Na década de 70, a questão da pobreza já ocupava lugar de destaque na política do Banco. Concluiu-se que a solução para o problema dependia menos do crescimento do país e mais do aumento da produtividade dos pobres, a qual passou a ser considerada como a principal estratégia para garantir a distribuição dos benefícios do desenvolvimento. Segundo a nova visão, a responsabilidade deveria ser transferida do âmbito do Estado para os próprios indivíduos, isto é, a diminuição da situação da pobreza dependeria da capacidade dos pobres em aumentar a sua própria produtividade (1998, p. 42-43).

No contexto da década de 1980, o Banco Mundial passou a ser responsável quase que exclusivamente por financiar os países que se encontravam vulneráveis. Segundo Soares: “[...] o Banco Mundial (tal como o FMI) passou a intervir diretamente na formulação da política interna e a influenciar a própria legislação dos países (2000, p. 21)”.

Conforme Nogueira (1999), todo o auxílio, promovido pelos organismos internacionais, objetiva receber, em contrapartida, ações que atendam aos interesses na lógica produtiva do mercado.

O “Consenso de Washington” resultou em orientações elaboradas pelo economista John Williamson, em 1989, as quais estabeleciam reformas que estavam de acordo com o crescimento econômico e atendiam aos interesses do mercado. Como analisa Soares (2000), seus principais eixos foram:

1. Equilíbrio orçamentário, sobretudo mediante a redução de gastos públicos; 2. Abertura comercial, pela redução das tarifas de importação e eliminação das barreiras não-tarifárias; 3. Liberalização financeira, por meio da reformulação das normas que restringem o ingresso de capital estrangeiro; 4. Desregulamentação dos mercados domésticos, pela eliminação dos instrumentos de intervenção do Estado, como controle de preços, incentivos etc.; 5. Privatizações das empresas e dos serviços públicos (2000, p. 23).

Esses eixos seriam capazes de fazer com que os países se desenvolvessem de forma sustentável, alcançando, assim, estabilidade

econômica. No entanto, hoje, mais de trinta anos depois, podemos analisar que os ajustes estruturais só aumentaram a recessão, a pobreza e as dívidas.

Segundo Soares (2000), em países como Argentina e México, observa-se que, em um primeiro momento, as políticas propostas pelo Banco Mundial promoveram um crescimento. Entretanto, logo em seguida, passaram a mostrar suas falhas e a pobreza nesses países também teve grande aumento.

Como analisa Soares (2000), as políticas do Banco Mundial não se mostraram eficazes; por essa razão, algumas mudanças passaram a ser implantadas como programas próprios para o alívio da pobreza. No entanto, segundo a autora, os programas, descritos nos documentos, estão muito longe da realidade de cada país e, principalmente, o modo como esses programas são colocados na prática não atendeu aos interesses da classe trabalhadora, e sim, aos interesses do capitalismo. Sendo assim, tornam-se eficazes para a manutenção e reprodução do capitalismo.

Outro ponto analisado por Soares (2000) é a crítica feita ao Banco Mundial de que ele não mantém relação com a população em geral e muito menos com as pessoas que são atingidas diretamente pelos seus programas. Faltaria, sob a análise da autora, transparência por parte do Banco Mundial, no que tange às suas medidas.

A partir de 1994, o Banco Mundial propõe o que ficou conhecido como as “Reformas de Segunda Geração”, como analisa Soares:

Esse novo pacote de reformas envolve principalmente: aprofundamento dos processos de abertura comercial, desregulamentação e privatização; aumento da poupança interna, por meio de reforma fiscal (redução do gasto público, reforma tributária) e estímulo à poupança privada; reforma (privatização) do sistema de previdência; estímulo ao investimento privado em infra-estrutura; flexibilização do mercado de trabalho (redução dos encargos previdenciários e alteração da legislação trabalhista); reforma do sistema educacional; implementação de programas sociais focalizados na oferta de serviços públicos para os grupos mais pobres; reforma institucional e reestruturação do Estado (2000, p. 28-29).

As reformas, propostas em 1994, ainda se mostram atuais, pois continuam sendo colocadas em prática, de modo a atender aos objetivos econômicos do mercado.

Segundo Fonseca:

É perceptível que o BIRD vem ampliando suas funções, há duas décadas, no sentido de atuar cada vez mais como órgão político central, especialmente como coordenador do processo global de desenvolvimento. De acordo com o novo papel, o Banco vem elaborando uma série de documentos políticos, nos quais se destaca uma considerável produção teórico-conceitual na área da política econômica e social a qual, certamente, sinaliza a sua relação com as nações-membros. Assim, alguns temas como "progresso", "desenvolvimento sustentável", "realismo", "autonomia", "equidade", "pobreza", passam a fazer parte do discurso que fundamenta o seu processo de financiamento. A interpretação desses conceitos é condição imprescindível para a compreensão do verdadeiro papel que o Banco desempenha junto aos países membros (1998, p. 39).

Podemos analisar, na fala de Fonseca, que o Banco Mundial desenvolve políticas para o alívio da pobreza, com o objetivo de evitar que a população que se encontra em condições de extrema pobreza revolte-se contra os governos, também garantindo a circulação de mercadorias.

No documento “Prioridades y estrategias para la educación”, de 1995, o Banco Mundial diz que:

A educação é crucial para o desenvolvimento econômico e para a redução da pobreza. A revolução tecnológica e as reformas econômicas estão provocando mudanças extraordinárias nas estruturas econômicas, industriais e no mercado de trabalho em todo o mundo. O rápido aumento do conhecimento e as mudanças tecnológicas levantaram as possibilidades para alcançar um crescimento econômico sustentável, com alterações frequentes nos empregos das pessoas. Essas circunstâncias vão determinar as prioridades fundamentais da educação: ela deve atender à crescente demanda da economia por trabalhadores adaptáveis capazes de adquirir sem dificuldades novos conhecimentos e contribuir para a constante distribuição do conhecimento (1995, p. 1; TRADUÇÃO NOSSA)<sup>14</sup>.

Em 1995, o Banco Mundial já falava em formar trabalhadores que soubessem se adaptar com facilidade ao mercado, buscando os seus próprios conhecimentos, não dependendo do sistema educacional tradicional. Esses

---

<sup>14</sup> Texto original: “La educación es crucial para el crecimiento económico y la reducción de la pobreza. La evolución de la tecnología y las reformas económicas están provocando cambios extraordinarios en la estructura de las economías, las industrias y los mercados de trabajo de todo el mundo. El rápido aumento de los conocimientos y el ritmo de cambio de la tecnología plantean la posibilidad de lograr un crecimiento económico sostenido con cambios de empleo más frecuentes durante la vida de las personas. Esas circunstancias han determinado dos prioridades fundamentales para la educación: ésta debe atender a la creciente demanda por parte de las economías de trabajadores adaptables capaces de adquirir sin dificultad nuevos conocimientos y debe contribuir a la constante expansión del saber.”

educandos, descritos pelo Banco Mundial, são os empreendedores capazes de desenvolver seu conhecimento e suas habilidades cognitivas e emocionais, para que possam se tornar sujeitos empregáveis, em qualquer situação em que o mercado se encontrar.

Segundo o Banco Mundial (1995), a principal estratégia para reduzir o grande número de pobres no mundo seria o trabalho. No entanto, para que isso aconteça, seria necessário investir na educação, pois é assim que se torna possível formar o “Capital Humano”, necessário para o trabalho, de maneira a se reduzir os níveis de improdutividade entre os pobres. O Banco tem grande influência nas reformas para a flexibilização e para o “melhor” desempenho dos sistemas educacionais dos países mais pobres.

A preocupação do Banco Mundial em proporcionar educação desde os níveis iniciais (educação infantil) tem crescido em vários países, nos últimos anos, o que se deve, principalmente, à intervenção dos organismos internacionais, que têm propalado uma preocupação para com as futuras gerações. Além disso, fornecem modelos educacionais prontos, que seguem suas diretrizes econômicas e sociais, já que, segundo tais instituições, a formação das futuras gerações tem papel fundamental na manutenção e consolidação do sistema capitalista.

O melhoramento dos níveis educativos é visto como condição fundamental para obter os níveis de produtividade e competitividade [...] e como ferramenta principal para melhorar a distribuição da renda e reduzir a pobreza a médio e longo prazo (BANCO MUNDIAL, 2000, p. 24. Grifo no original; apud BUENO, FIGUEREDO, 2012, p.7).

Com base nas leituras dos autores citados anteriormente, podemos considerar que o Banco Mundial defende a educação como um instrumento chave para a redução da pobreza. Dessa maneira, a educação, segundo o Banco, é um dos meios de ascensão social possível para as camadas menos favorecidas da sociedade. Sendo assim, a fim de sustentar essa ideologia, o Banco cria termos como o empreendedorismo e a pedagogia das competências.

Segundo Nogueira:

[...] as ajudas externas para a educação brasileira vêm, para além das suas metas proclamadas e invariavelmente mal sucedidas, alimentando o mito da escola como via de inserção no mercado de trabalho e de promoção social, e o mito do

desenvolvimento como produto da vontade e das competências individuais (1999, p. 12).

A partir dos autores já citados, podemos reiterar que o mercado tem se mostrado o principal mediador na tomada de decisões para o campo educacional, servindo de referência de maneira normativa em relação aos meios usados para a atividade educacional. Nessa lógica, os investimentos para a educação vêm ao encontro dos interesses do mercado mundial, que são:

Adequar as políticas educacionais ao movimento de esvaziamento das políticas de bem-estar social; b) estabelecer prioridades, cortar custos, racionalizar o sistema, enfim, embeber o campo educativo da lógica do campo econômico e c) subjugar os estudos, diagnósticos e projetos educacionais a essa mesma lógica (TOMMASI, WARDE, HADDAD, 2000, p. 11).

Vende-se a ideia de que a educação é um meio para “salvar” as pessoas da pobreza e para aumentar a produtividade do mercado. No entanto, esse mesmo mercado não proporciona lugar para todos, fazendo os trabalhadores concorrerem entre si para buscar seu lugar, o que propicia a falsa ideia de “quem tem estudo” será melhor empregado, com melhores oportunidades. Esse é o espaço para que o empreendedorismo seja “vendido” como uma verdade que pode mudar a realidade da sociedade em que vivemos, ou seja, uma mentira que é criada e sustentada pelo sistema capitalista de produção.

Para os organismos internacionais, a educação vem sendo medida somente segundo uma análise econômica, a qual deve ser compreendida como um processo que envolve pessoas, que não são um produto dentro de um mercado para ser vendido, inserido em uma lógica de custo benefício.

Segundo Coraggio:

[...] uma política educativa eficiente não pode ser setorial, mas deve integrar, como condições de sua eficácia, mudanças na distribuição da renda e da riqueza, que na América Latina mostra uma das estruturas mais regressivas do mundo (2000, p. 116).

As propostas do Banco Mundial para a educação estão baseadas em fatores quantificáveis, por exemplo, o número de alunos que tem acesso à educação. No entanto, quando se fala sobre qualidade, segue-se uma lógica

de mercado que busca apenas resultados. Porém, a escola que queremos e necessitamos para a classe trabalhadora precisa conciliar a quantidade com qualidade, para que a educação alcance níveis que atendam às necessidades dos sujeitos inseridos na sociedade.

No documento “Prioridades y estrategias para la educación de 1995”, o Banco Mundial fala da qualidade da educação. Nesse referido documento, o Banco demonstra que seria necessário investir em formas de medir os resultados obtidos com o ensino, principalmente, no que diz respeito à produção de uma atividade rentável para todo o sistema capitalista, ou seja, o Banco Mundial não fala em qualidade, enquanto melhoria de educação para todas as pessoas, e sim, no sentido de melhor atender ao mercado produtivo, capacitando a força de trabalho necessária para o mercado.

Na análise do Banco Mundial, a intervenção que o Estado mantém com a educação é para que todos tenham condições de “igualdade de oportunidade”, ou seja, direito de frequentar uma escola. No entanto, não é garantida a qualidade com a qual seria possível mudar, em certa medida, as condições da base material da sociedade e de exploração da força de trabalho.

A partir da leitura do documento do BM, podemos analisar que a qualidade, citada por essa instituição, refere-se aos princípios atualmente defendidos sobre o empreendedorismo, ou seja, o objetivo é ensinar nas escolas somente os conteúdos que são necessários para o desenvolvimento das habilidades empreendedoras, como flexibilidade, resiliência, proatividade, trabalho em equipe, entre outros princípios, que foram importados da área da administração para a educação.

As propostas, evidenciadas pelo Banco Mundial, não são impositivas, visto que são aceitas por meio de um consenso dos próprios educadores. Por isso, o Banco Mundial tem facilidade para colocar suas ideias em prática.

Segundo Torres:

O BM não apresenta idéias isoladas mas uma proposta articulada – uma ideologia e um pacote de medidas – para melhorar o acesso, a equidade e a qualidade dos sistemas escolares, particularmente do ensino de primeiro grau, nos países em desenvolvimento. Embora se reconheça que cada país e cada situação concreta requerem especificidade, trata-se de fato de um “pacote” de reformas proposto aos países em desenvolvimento que abrange um amplo conjunto de aspectos

vinculados à educação, das macropolíticas até a sala de aula (2000, p. 126).

O Brasil mantém um consenso, uma negociação com os Organismos Internacionais, para atender aos seus interesses, disponibilizando uma formação descontextualizada, que desconsidera a cultura e os indivíduos daquele local.

Como podemos analisar, por meio das leituras, a educação precisaria ser compreendida como parte de um todo, no qual são atendidos determinados interesses hegemônicos, os quais nem sempre correspondem às reais necessidades das pessoas que são assistidas. Mas, a educação é também uma construção histórica, na qual sujeitos, que também são históricos, buscam atender aos seus interesses.

Quando entendemos o processo da construção histórica da escola pública, podemos compreender quais são os seus idealizadores e, assim, entender quem produz seus objetivos, por isso, a escola é um espaço para a disputa entre as classes sociais. Por exemplo, as políticas voltadas à educação brasileira, desde os anos 1990, vêm ao encontro das propostas do Banco Mundial, como é o caso da LDB (Lei de Diretrizes e Bases) de 1996, do FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), do mesmo ano, e tantas outras medidas que atendem aos interesses da centralidade da educação Básica e da relação cada vez mais íntima e naturalizada entre educação pública e o livre mercado.

Segundo Silva:

Esse pensamento de transferir a educação da esfera pública política para o campo das possibilidades e do consumo individual, variável segundo o mérito e a capacidade dos consumidores, distancia os atuais neoliberais dos clássicos Adam Smith e Stuart Mill quanto aos serviços públicos de responsabilidade do Estado (2002, p. 16).

Para os neoliberais, a sociedade só terá condições de melhorar quando o mercado tiver o total controle de todas as instituições, que hoje são públicas, por exemplo, saúde, educação, previdência, entre outros setores.

Ainda, na análise de Silva:

Nestas últimas décadas de reestruturação produtiva capitalista, o que se registra também é a desestruturação social e do

trabalho. As prescrições instituídas pela doutrina neoliberal são no sentido de inibir as tímidas conquistas ensejadas pelas políticas sociais e de proteção ao trabalhador, suprimindo-as. Institucionaliza-se a provisoriedade das relações trabalhistas e impõe-se a terceirização de algumas fases do processo produtivo. Acirra-se a competitividade entre empresas, entre instituições e entre as pessoas, de tal modo que, para as últimas, o aprender permanente, o refletir criticamente, o agir responsabilmente e o comportar-se com flexibilidade constituem requisitos e habilidades indispensáveis para a reestruturação dos processos de produção na ótica dos dirigentes mundiais (2002, p. 33).

Ao analisarmos a citação, podemos compreender porque cada vez mais o discurso empreendedor vem ganhando espaço no campo educacional. Diante dessa nova realidade, precisamos de novos profissionais, capazes de encarar as dificuldades, colocando-se como empreendedores, ou seja, pessoas resilientes e habilitadas para se posicionar em uma realidade na qual todos competem entre si.

O Banco Mundial propôs, nos últimos anos, alguns encaminhamentos mais específicos para a educação, baseada no empreendedorismo e na pedagogia das competências. As políticas, promovidas pelos organismos internacionais, em especial o Banco Mundial, têm o consentimento dos representantes dos Estados Nacionais e de muitos representantes das elites nacionais, os quais, de algum modo, vêm ganhando com tais políticas. As intervenções, quando existentes, dos sindicatos ou associações não são, em muitos casos, nem ouvidas.

Durante muito tempo, os trabalhadores lutaram para alcançar algumas mudanças, mas, como analisa Silva:

O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional tornaram-se o braço de ferro dos Estados Unidos, capazes de, pela via do consentimento e da anuência, imporem aos Estados latino-americanos suas prescrições econômicas, culturais, socioeducacionais e ideológicas, colocando-os em penúria e em desvantagens. Já se tornou possível enxergar o desmonte das tentativas de proteção social do trabalhador, a desorganização das finanças públicas, os desequilíbrios entre as importações e as exportações, as taxas de desemprego, os complexos processos de privatização de empresas estatais (2002, p. 80).

Na Conferência Mundial de Educação para Todos<sup>15</sup>, realizada pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura), a educação foi considerada como um fator relevante para a paz mundial. Essa mesma Conferência trouxe o conceito de “necessidades básicas de aprendizagem” (NEBAS), afirmando que cada país e cada Estado devem proporcionar à população a aprendizagem necessária para a sua região, ou seja, cada povo terá a educação que necessita. O que é possível analisar, por entre as linhas, é que uma região como a África Subsaariana, por exemplo, terá uma educação muito inferior do que um aluno que vive em um país altamente industrializado.

As políticas, propostas pelo BM, depois da Conferência Mundial de Educação para Todos (1990), ganharam um caráter de atendimento apenas às necessidades básicas, em relação à educação. Nesse sentido, o Banco passou a dizer quais eram as metodologias para atender seus objetivos, que são o aumento dos conhecimentos básicos, as habilidades e as competências necessárias para o desenvolvimento pessoal e profissional e a compreensão dos códigos linguísticos. Segundo Silva (2002), essas são as necessidades básicas para a educação proporcionar o alívio da pobreza.

Para o Banco, a política educacional tinha como centralidade a educação primária, com ênfase nos insumos para a qualidade baseada na relação custo/benefício e resultados. Os documentos examinados são reveladores de que é política do Banco Mundial conceber a educação como indústria, e a atividade empresarial expressa-se pelo incentivo dado aos empresários do ensino privado, pelo repasse de verbas ao Sistema S, pela anuência concedida às empresas preparatórias de vestibular, pela lealdade dos governos estaduais às indústrias de equipamentos técnicos e de informática, pela aproximação com os interesses dos grupos ligados à educação à distância, pelo monopólio das produtoras de livros didáticos e paradidáticos, pela terceirização dos

---

<sup>15</sup> Em 1999, foi realizada a “Conferência Mundial de Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem”, em Jomtien, na Tailândia em 1990, onde foram estabelecidos dez artigos para traçar os objetivos da educação mundial. Os objetivos são: “1. Satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem; 2. Expandir o enfoque; 3. Universalizar o acesso à Educação e promover a equidade; 4. Concentrar a atenção na aprendizagem; 5. Ampliar os meios de e o raio de ação da Educação Básica; 6. Propiciar um ambiente adequado à aprendizagem; 7. Fortalecer as alianças; 8. Desenvolver uma política contextualizada de apoio; 9. Mobilizar os recursos; 10. Fortalecer a solidariedade internacional; (UNESCO, p. 1998).”

serviços prestados pelos funcionários das escolas públicas e pela concessão às empresas de alimentos do serviço de merenda escolar (SILVA, 2002, p. 82-83).

Para atender à lógica do mercado, a educação deveria deixar de ser responsabilidade Estatal e passar a ser fornecida pelo setor privado. Nesse sentido, o BM passa a culpabilizar o ensino superior público pela falta de verbas na educação básica, justificando que o custo de um aluno de nível superior é mais alto do que de um aluno de nível básico, de forma a lançar para os trabalhadores a ideia de que devem lutar para que o Estado passe a bancar apenas os custos da educação básica, sob a justificativa de que poderia aumentar os recursos para que não fosse preciso gastar com a educação superior.

Um ponto importante a destacar, em relação aos organismos internacionais, é que consideram que as economias dos países emergentes não têm condições de organizar suas economias e políticas de forma autônoma, sem o auxílio externo.

O Banco Mundial direciona seus financiamentos para diversas áreas, entre elas, a educação, como uma forma de manutenção dos recursos humanos, que é uma estratégia para o alívio da pobreza.

O Banco Mundial explicitamente expõe políticas antidemocráticas e anti-sociais desconsiderando as múltiplas realidades nacionais e culturais, na medida em que trata de forma superficial e simplista questões sabidamente complexas e conflituosas em sociedades de classes (SILVA, 2002, p. 75).

O Banco Mundial também critica o fato de muitos países terem a educação financiada pelo Estado. Segundo o Banco Mundial: “[...] a maioria dos governos investe muito em todos os níveis de educação, e essa atividade absorve em muitos casos uma proporção considerável dos gastos públicos (1995, p. 58)<sup>16</sup>”. Segundo esse pensamento, justifica-se a educação ser precária. Na análise de Silva (2002), é conveniente para os anos iniciais do

---

<sup>16</sup> Texto original: “la mayoría de los gobiernos intervienen mucho en todos los niveles de educación, y esa actividad absorbe en muchos casos una porción considerable del gasto público.”

Ensino Fundamental uma atenção especial, buscando a cada ano o maior afastamento do Estado.

No caso da educação pública, o Banco passou a elaborar documentos setoriais com definição conceitual e a induzir medidas e propostas voltadas para a redução do papel do Estado, fortalecimento do setor privado e a implementação de medidas voltadas para a institucionalização da indústria na educação (SILVA, 2002, p. 77).

A década de 1990 pode ser considerada fundamental para a compreensão das mudanças na educação e a influência que os organismos internacionais têm exercido, no campo educacional de muitos países. Segundo Silva (2002), o então responsável pelo MEC, em 1993, Murílio de Avellar Hingel, já evidenciava aos organismos internacionais que o Brasil cumpriria o então projeto educacional.

O Banco Mundial fez e continua fazendo financiamentos para a educação, que trazem em seu bojo os projetos de como a educação deve ser oferecida para os trabalhadores. Entre suas políticas, o BM propõe maior intervenção de entidades privadas, “melhorias” nos materiais didáticos, formação em serviço para os professores e o aumento de cursos, voltados para a formação de professores, na modalidade a distância. Segundo Evangelista & Leher: “a pedagogia do capital em andamento supõe convencer os professores de que a sua intervenção, de fato, solucionará os problemas socioeconômicos do país (2012, p. 13)”.

No documento “Prioridades y estrategias para la educación” (1995), o Banco Mundial afirma que a educação tem papel fundamental no desenvolvimento das economias locais, porque seria capaz de proporcionar aos indivíduos os conhecimentos necessários para o aumento da “produtividade individual”, ou seja, cada pessoa iria se desenvolver de modo a obter aptidões e atitudes que proporcionem o seu desenvolvimento e, assim, a acumulação de conhecimentos necessários para desenvolver qualquer trabalho dentro da sociedade.

Nesse mesmo documento do Banco Mundial, de 1995, está escrito que:

[...] em primeiro lugar a educação deve satisfazer a crescente demanda de trabalhadores adaptáveis, capazes de adquirir facilmente novos conhecimentos, ao invés de trabalhadores

com um conjunto fixo de conhecimentos técnicos que utilizaram durante toda a sua vida ativa. Essa necessidade aumenta a importância das capacidades adquiridas no ensino primário e secundário geral. Em segundo lugar, os sistemas de educação – sobretudo os níveis superior e de pós-graduação – devem ajudar na ampliação permanente dos conhecimentos (BANCO MUNDIAL, 1995, p. 27 tradução nossa).<sup>17</sup>

Podemos analisar que o Banco Mundial, nesse documento, defende um modelo educacional que busca desenvolver habilidades para que os alunos possam aprender a aprender sozinhos, ou seja, já em 1995, o Banco Mundial falava em alguns dos mesmos princípios que o Empreendedorismo e a Pedagogia das Competências defendem. Por isso, a partir de então, os modelos fundamentados no gerencialismo, vindos das empresas, passa a ganhar espaço na educação.

Segundo Evangelista & Leher:

O neogerencialismo que invadiu o Estado e a escola abre caminho para a intervenção de grupos privados nos sistemas públicos de ensino, supostamente portadores da varinha de condão cujo toque conduzirá a educação à “boa qualidade”, afinal, os empresários sabem buscar resultados! (2012, p.12).

Cada vez mais, a educação vem sendo tratada como uma empresa que precisa gerar lucros e resultados, para atender os seus financiadores e não os seus usuários.

No documento Prioridades y estrategias para la educación (1995), o Banco Mundial demonstra a importância que considera para as escolas do ensino fundamental e médio, a fim de ensinar e desenvolver nos alunos as habilidades e atitudes necessárias para que busquem o seu lugar no mercado de trabalho. Na análise do Banco Mundial:

[...] as mudanças tecnológicas aumentam mais rapidamente quando os trabalhadores têm um nível de educação superior. Conseqüentemente, o acúmulo de capital humano e, em

---

<sup>17</sup> Texto original “En primer lugar, la educación debe estar concebida para satisfacer la creciente demanda de trabajadores adaptables, capaces de adquirir fácilmente nuevos conocimientos, en lugar de trabajadores con un conjunto fijo de conocimientos técnicos que utilizan durante toda su vida activa. Esta necesidad aumenta la importancia de las capacidades básicas adquiridas en la enseñanza primaria y secundaria general. En segundo lugar, los sistemas de educación -sobre todo a los niveles superiores y de posgrado- deben respaldar la ampliación permanente del acervo de conocimientos.”

particular, de conhecimento, facilita o desenvolvimento de novas tecnologias e é uma fonte de crescimento auto-sustentável (1995, p. 22; TRADUÇÃO NOSSA)<sup>18</sup>.

O Banco Mundial usa a justificativa de que, para melhorar o ensino básico, seria necessário o incentivo para que as escolas buscassem alcançar melhores resultados. As escolas que tivessem os “melhores” alunos e professores, conseqüentemente, teriam as melhores notas.

A educação é vista pelo Banco Mundial como uma mercadoria, a qual deve ser guiada pela lógica do mercado capitalista, por isso, ideologias como a do empreendedorismo são desenvolvidas para que se mantenha essa lógica, que quase sempre é desleal e não busca atender aos interesses da classe trabalhadora.

As políticas e as estratégias do Banco Mundial induzem à exclusão educacional e criam fissuras sociais irreparáveis porque desconsideram a história política, econômica, cultural e social dos países, insistindo em uma reforma educacional baseada na racionalidade técnica e linear, derivada de pressupostos da teoria econômica clássica, para uma sociedade heterogênea, mergulhada em conflitos de classes, composta de desigualdades sociais e econômicas, de contradições e de disparidade salariais, fazendo crer que todos têm rendimentos e oportunidades iguais. Não consideram que as sociedades latino-americanas, particularmente o Brasil, conviveram com projetos de desenvolvimento econômico excludentes e de concentração de rendas, de poder e de conhecimento, legitimados por pactos entre as elites e os governos, o que fez das fundações, das autarquias, dos institutos, das instituições, dos departamentos, das secretarias e das coordenadorias a mais autêntica expressão de defesa dos interesses privados (SILVA, 2002, p. 90-91).

Podemos concluir, a partir de Silva (2002), que, após a Segunda Guerra Mundial, os EUA perceberam que a melhor forma para lutar contra um país é se unindo a ele. A melhor arma para fazer uma nação seguir seus ideais é oferecendo isso de maneira pacífica, apenas por meio da persuasão e de modelos educacionais prontos, carregados de material ideológico dominante. Nessa perspectiva, o retorno que a educação ofereceria seria muito melhor que um confronto bélico entre os países.

---

<sup>18</sup>Texto original “los cambios tecnológicos aumentan con más rapidez cuando los trabajadores tienen un nivel más alto de educación. En consecuencia, la acumulación de capital humano, y concretamente de conocimientos, facilita el desarrollo de nuevas tecnologías y es fuente de crecimiento autosostenido”

Seguindo essa lógica de usar a educação como meio de manter um certo controle sobre os países, o BM, em 1995, traça algumas regras que deveriam ser seguidas pelos países, a fim de que alcançassem mudanças em suas economias e nos meios de produção. Entre as regras, estão: maior ênfase no ensino fundamental, reformas na educação, tornar o ensino médio e superior privado, autonomia escolar, promover uma maior competitividade e produtividade, proporcionar a intervenção de indústrias e do setor privado na educação básica, fazer com que o Estado vá, cada vez mais, oferecendo lugar para o sistema privado, desde a educação até a saúde, além de aumentar e melhorar os sistemas de avaliação, em grande escala.

Segundo Silva:

Nos discursos, os diretores do Banco e o governo federal desqualificam as políticas e propostas procedentes das associações, das organizações e entidades civis sob os argumentos de ineficiência, improdutividade e uso inadequado dos recursos financeiros, e preconizam políticas setoriais para cada modalidade de ensino (2002, p. 125).

O BM entende a educação, tal como está organizada, como algo fracassado, principalmente se vier de financiamentos públicos; vende-se a ideia de que as instituições públicas são ineficientes para justificar a sua privatização.

Sobre a perspectiva do neoliberalismo, a educação não pode receber grandes quantidades de investimentos dos setores públicos, portanto, uma das reformas, propostas nos anos 1990, para melhorar a educação, recomendava que as escolas recebessem dos meios privados, principalmente das empresas ou da sociedade civil, investimentos.

A justificativa desses investimentos dos setores privados nas escolas públicas é de que, assim, poderiam diminuir a ineficiência e a ineficácia dessas instituições.

Nessa lógica de reformas, passamos agora a tratar da teoria do empreendedorismo, fazendo uma breve retomada histórica e, em seguida, falar-se-á um pouco sobre a Pedagogia das Competências e a sua repercussão para a educação brasileira, como forma de manutenção e reprodução do sistema capitalista.

### 3. A Pedagogia das Competências como reprodução do mundo do trabalho

O desenvolvimento dos meios de produção chegou a níveis inimagináveis e o capitalismo, segundo Mézaros (1998), vem vivenciando uma crise estrutural sem precedentes. É nesse contexto que o Capital desenvolve estratégias para resolver seus problemas emergenciais, por isso, uma dessas formas é o empreendedorismo e a pedagogia das competências, que vêm com o objetivo de gerar a produção de mais mercadorias, em detrimento do desenvolvimento dos seres humanos.

Antes de falar diretamente da pedagogia das competências, vamos retomar os quatro pilares da educação, propostos pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura), em 1999. Segundo o texto, descrito por Jacques Delors<sup>19</sup>: “a educação deve transmitir, de fato, de forma maciça e eficaz, cada vez mais saberes e saber-fazer evolutivos, adaptados à civilização cognitiva, pois são as bases das competências do futuro (1999, p. 89)”.

O relatório proposto pela UNESCO traz a educação como uma das formas de enfrentar o processo de mundialização do conhecimento, o qual deve ser encarado de forma criativa, por meio dos talentos individuais e das potencialidades de cada indivíduo. Segundo Delors:

[...] a comissão pensa que sistemas mais flexíveis, com maior diversidade de cursos, e com possibilidade de transferências entre diversas categorias de ensino ou, então, entre a experiência profissional e o retornar da formação, constituem respostas válidas às questões postas pela inadequação entre a oferta e a procura de emprego. Tais sistemas levariam, também, a redução do insucesso escolar que, e todos devem estar conscientes disso, causa enorme desperdício de recursos humanos (1999, p. 17).

---

<sup>19</sup> Jacques Lucien Jean Delors, economista e político francês, foi relator da Unesco do texto “educação, um tesouro a descobrir”, no qual são expostos os quatro pilares da educação.

De acordo com essa lógica, na busca por uma educação que melhor possa atender ao modelo econômico em que vivemos, mostra-se necessária uma “educação ao longo da vida”, na qual permaneceremos estudando e sempre buscando ampliar nossos conhecimentos, para melhor nos encaixarmos no mercado de trabalho, que exige profissionais qualificados para realizar as especificidades de determinada função; mas, ao mesmo tempo, deve-se aprender a ser um profissional completo, flexível e que trabalhe em equipe.

Como afirma Delors:

[...] a educação ao longo da vida, no sentido em que a entende a Comissão, vai mais longe ainda. Deve fazer com que cada indivíduo saiba conduzir o seu destino, num mundo onde a rapidez das mudanças se conjuga com o fenómeno da globalização para modificar a relação que homens e mulheres mantêm com o espaço e o tempo (1999, p. 105).

A educação, segundo o relatório, passa a ser compreendida como um dos meios essenciais para o processo de globalização. Um modelo educacional, que tenha por norte a “educação ao longo da vida”, segundo Rodrigues:

O recorrente apelo à educação, para a vida e ao longo dela, é mais do que simples frase de efeito; compreende inequívocos interesses, concepções de sociedade, de Estado e educação, define lugares sociais, estabelece e perpetua direções em detrimento de outras, redefine o conceito de educação e de sistema educacional (2008, p. 9-10).

Portanto, quando se é escolhido um determinado modelo educacional, outros são deixados de lado. No entanto, podemos analisar que, na maioria das vezes, os modelos educacionais escolhidos pelo Estado buscam atender aos seus interesses privados e não aos da população.

A partir do relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI, ocorreram profundas mudanças na educação mundial, as quais tiveram como norte os quatro pilares propostos pelo relatório: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver com os outros e aprender a ser. Passamos a discorrer sobre eles.

O primeiro pilar é aprender a conhecer, segundo Delors:

Este tipo de aprendizagem que visa não tanto a aquisição de um repertório de saberes codificados, mas antes o domínio dos próprios instrumentos do conhecimento pode ser considerado, simultaneamente, como um meio e como uma finalidade da vida humana (1999, p. 90-91).

Nessa análise, ter um vasto conhecimento sobre vários assuntos, por exemplo, economia, política, esportes, moda, entre outros, torna-se fundamental, no entanto, também devemos conhecer algumas temáticas de forma mais profunda. Como ressalta Delors (1999), esse seria o passaporte para adquirir o gosto pela educação, ao longo de toda a vida.

O segundo pilar “aprender a fazer” seria aquela pessoa que, além da sua profissão, tem habilidades para lidar com várias situações diferentes, vendo possibilidades para melhorar sua condição de trabalho, de forma que supere o esperado. Delors afirma que o aprender a fazer “[...] está mais estreitamente ligada à questão da formação profissional: como ensinar o aluno a pôr em prática os seus conhecimentos e, também, como adaptar a educação ao trabalho futuro quando não se pode prever qual será a sua evolução?” (1999, p. 93).

Na análise de Delors (1999), é fundamental a relação entre a escola e o emprego para a formação de suas competências e qualificações, porque a pessoa se coloca diante de situações reais.

O terceiro pilar é “aprender a ser”, ou seja, aprender a discernir e ser autônomo nas suas decisões; cada pessoa deve explorar suas potencialidades, de modo que se torne produtiva.

No relatório, Delors descreve-se qual o papel da educação nesse processo:

Mais do que nunca a educação parece ter, como papel essencial, conferir a todos os seres humanos a liberdade de pensamento, discernimento, sentimentos e imaginação de que necessitam para desenvolver os seus talentos e permanecerem, tanto quanto possível, donos do seu próprio destino (1999, p. 100).

O quarto pilar é aprender a viver juntos. Esse é considerado o principal dos quatro pilares, como evidencia Delors: “Trata-se de aprender a viver juntos, desenvolvendo o conhecimento acerca dos outros, da sua história, tradições e espiritualidade (1999, p. 19)”. Ou seja, o conhecimento sobre as

outras pessoas pode promover a paz entre todos. Nesse sentido, o quarto pilar mostra-se fundamental porque é na escola que todas as diferenças são vistas e podem ser trabalhadas, na busca pelo respeito. Na análise sobre o papel da educação, Delors afirma:

[...] a educação deve utilizar duas vias complementares. Num primeiro nível, a descoberta progressiva do outro. Num segundo nível, e ao longo de toda vida, a participação em projetos comuns, que parece ser um método eficaz para evitar ou resolver conflitos latentes (1999, p. 97).

Fazendo a análise do relatório, é possível constatar que a educação, segundo o autor, representa uma peça-chave no desenvolvimento das habilidades e “talentos” necessários para o mercado de trabalho. Assevera Delors:

[...] a educação passa a ser um assunto que diz respeito a todos os cidadãos que passam a ser atores e não mais simples consumidores passivos de uma educação dada pelas instituições. Todos podem experimentar diversas situações educativas e, até, desempenhar, alternadamente, o papel do aluno e do professor dentro da sociedade educativa. Integrando, deliberadamente, o informal no formal a educação corresponde, assim, a uma produção constante da sociedade que passa a ser inteiramente responsável por ela, e se transforma através dela (1999, p. 116-117).

A educação, proposta pelo relatório, passa a relativizar os papéis dos professores e alunos. Por isso, hoje, muitas das reformas propostas para a educação consideram que qualquer pessoa que se sinta disposta a ensinar possa assumir o papel do professor, independentemente da sua área de formação acadêmica.

Rodrigues faz uma análise sobre os documentos da UNESCO para a educação e divide em dois eixos:

O primeiro eixo reúne argumentos sobre a necessidade de redefinição da concepção de educação por meio de modificações estratégicas nos sistemas educacionais, entre as quais, a demarcação de lugares e meios de aprendizagem, e novos papéis aos sujeitos envolvidos neste processo. O segundo eixo combina argumentos em torno da diversificação dos recursos humanos e materiais como caminhos indispensáveis para a viabilização da tão propalada revisão dos sistemas educacionais, considerada como fator crucial de inserção e/ou adequação dos países à “modernidade” (2008, p. 67).

Ainda de acordo com Rodrigues:

Pode-se depreender dos estudos documentais realizados a evocação a três eixos de argumentação em defesa da noção de educação ao longo da vida: no primeiro eixo, é justificada como uma perspectiva educacional que possibilita e promove o respeito às necessidades e diferenças individuais; no segundo, por se constituir numa resposta à democratização da educação para todos; no terceiro, como chave de acesso ao século XXI, capaz de promover a participação do sujeito na “modernidade global” (2008, p. 133).

Esses eixos, segundo a análise da autora, comporiam a teoria a ser seguida por todos, para que, então, ocorresse a concretização dos preceitos de educação ao longo da vida.

As leituras realizadas dos autores citados nos permitiram compreender a conexão existente entre os princípios liberais, destacados na seção 1.1 (individualismo, liberdade, direito à propriedade, igualdade e democracia), além das propostas descritas pelo documento “Educação um tesouro a descobrir”, de 1999. Os princípios liberais tiveram um caráter revolucionário no século XVIII, pois transformaram a ordem social. Com as teorias propostas pelo relatório para mudar a educação, também ocorre esse caráter de modificar o campo educacional, no entanto, no sentido de conservar a educação, que, a exemplo do que afirmam os autores liberais, é ineficiente para os atuais processos de transformação que a sociedade vem vivenciando.

Entretanto, evidencia Leher:

A prioridade conferida a educação, à primeira vista algo inusitado e surpreendente, adquire sentido se investigada no âmbito do ajuste estrutural e mais amplamente, no escopo da ideologia da globalização. A reforma dita estrutural do sistema educacional constitui um dos pilares ideológicos do neoliberalismo, cabendo à educação o precioso papel de promover esta ideologia, tão redutora de direitos sociais e do trabalho de brechas para o futuro das pessoas, das regiões e dos países. Em contradição com a dinâmica concreta do mundo do trabalho, a Educação é concebida como o meio por excelência para melhores empregos e maiores salários, não apenas para uma minoria (como ocorre no mundo do trabalho real), mas para todos (1998, p. 84).

A UNESCO, em 2004, no Projeto Regional de Educação para a América Latina e o Caribe (PRELAC), faz a seguinte fala, em relação à educação empreendedora:

Implica contribuir para discernir qual é o sentido da educação num mundo de incerteza e mudança. É preciso agregar, às aptidões que oferece a educação atual, abordagens para o

exercício da cidadania e para a construção de uma cultura de paz. Os quatro pilares de aprendizagem do Informe Delors são um guia excelente para interrogar-se sobre os sentidos da educação; aprender a ser, a conhecer, a fazer e a viver juntos. O PRÉLAC explicita, por sua importância, um pilar adicional: aprender a empreender (UNESCO, 2004, p. 9).

A UNESCO justifica a inclusão desse quinto pilar, por meio das diversas mudanças que vêm ocorrendo no campo educacional, assim como meio para a diminuição das taxas de desemprego. Segundo a UNESCO:

[...] O “aprender a empreender” refere-se justamente a possibilitar que as pessoas desenvolvam competências que lhes permitam iniciar, potencializar e desenvolver atividades econômico-produtivas, quaisquer que seja o porte e o tipo destas. A ênfase não é, sem dúvida, sobre a necessidade de desenvolver empresas-negócios [...] mas sobre a necessidade de que as pessoas desenvolvam a capacidade de tomar iniciativas pessoais orientadas à criatividade e à potencialização de seus recursos frente a um contexto econômico em constante transformação. (UNESCO/OREALC, apud, RODRIGUES, 2008, p. 66).

O quinto pilar deixa claro o interesse que a UNESCO tem de que as pessoas passem a ter atividades econômicas, nas quais possam gerar recursos para se tornar economicamente independentes.

Esse quinto pilar, proposto pela UNESCO, “aprender a empreender”<sup>20</sup>, vem ao encontro dos outros quatro pilares, caracterizando o aprendizado ao longo de toda a vida. Nesse sentido, o trabalhador tem que buscar constantemente uma formação, que auxilie a sua atividade econômica, de modo que lhe proporcione maior rentabilidade econômica. Esse discurso mostra-se positivo, no entanto, como nos diz Rodrigues:

A construção desse novo sistema educacional, consoante ao projeto do capital, estaria assentada nos objetivos de aclimação do sistema educacional à realidade de desemprego estrutural inerente a sociedade capitalista. A educação entendida como projeto de uma vida, constitui-se, ao mesmo tempo, como instrumento de resignação e responsabilização dos sujeitos, sendo produtora e antídoto para a obsolescência humana (2008, p. 17).

---

<sup>20</sup>Para maiores informações sobre o quinto pilar “aprender a empreender”, ver Marilda Merência Rodrigues: “Educação ao longo da vida: a eterna obsolescência humana” (2008).

Mostram-se como principais fundamentos para essa nova proposta de “educação ao longo de toda a vida”, que a escola deve ser mais flexível, proporcionando ao indivíduo uma formação contínua, professores cada vez mais qualificados para atender às necessidades dessa nova escola; todos os profissionais, independentemente das áreas de atuação, podem falar sobre a escola, sobre seu currículo. Assim, a escola deixa de ser considerada como principal fonte de conhecimento científico e transforma-se em uma busca por mais meios de formação e validação das várias formas de disseminação do conhecimento. Por fim, a escola como meio de solucionar o problema da falta de empregos no mercado de trabalho (RODRIGUES, 2008).

Ressalta Delors:

O conceito de educação ao longo da vida é a chave que abre as portas do século XXI. Ultrapassa a distinção tradicional entre educação inicial e educação permanente. Aproxima-se de um outro conceito proposto com frequência: o da sociedade educativa, onde tudo pode ser ocasião para aprender e desenvolver os próprios talentos (1999, p. 117).

A escola sempre foi questionada quanto a seu real papel. Nesse novo modelo de educação, ao “longo da vida”, terá que atender às necessidades nesse novo padrão; a escola deve ser alterada de modo que atenda às demandas para que facilite a vivência no cotidiano dos seus alunos. Nesse sentido, serão redefinidos os lugares para formar os indivíduos. De acordo com Delors: “Em suma, a “educação ao longo da vida”, deve aproveitar todas as oportunidades oferecidas pela sociedade (1999, p. 117)”.

A escola pública, que normalmente atende aos interesses do Estado, mas que também, em certa medida, é o espaço para as lutas, proporcionou à grande parte da população, contato com uma formação sistematizada e científica.

Nesse sentido, a educação pode proporcionar a busca por fundamentação teórica suficiente para compreender o papel do sujeito dentro dessa sociedade, fundada nos preceitos capitalistas. No entanto, quando falamos em educação, baseada na ideologia do empreendedorismo, estamos nos referindo a uma educação que está cada vez mais longe de atender aos interesses da classe trabalhadora.

Rodrigues explicita:

O projeto de política educacional pautado na perspectiva de educação ao longo da vida imprime à educação formal um caráter provisório e volátil, conferindo-lhe um sentido de inacabado, incompleto, insuficiente. Deriva dessa concepção uma perspectiva de educação flexível e aligeirada, assentada numa noção de história do *eterno tempo presente*, cuja finalidade seria reduzida à adaptabilidade ao mercado subjugada ao imperativo do “novo” (2008, p.18).

Podemos analisar que essa proposta de educação vem ao encontro dos interesses, propostos pela UNESCO, buscando cada vez mais flexibilizar os currículos e os métodos de ensino, o que leva os professores a se profissionalizar para atender a esse mercado específico, que busca uma educação simplista.

Alguns autores marxistas defendem que a educação pode também ser usada como uma forma contraideológica, para a superação das contradições da sociedade.

Na análise de Severino, sobre a educação:

[...] sem desconhecer as funções assumidas por ela, tanto de reprodução das relações sociais como de inculcação da ideologia da classe hegemônica, é preciso levar em consideração sua força de mediação na ruptura desses processos. Ao possibilitar às classes subalternas a apropriação do saber sistemático, revelando-lhes, por essa mediação, as reais relações de poder em que se estrutura a sociedade, a educação lhes permite também a compreensão do processo social global, uma vez que saber está genética e contraditoriamente vinculado à situação social por mais que ideologicamente, se tente camuflar esta vinculação. O saber acaba levando ao questionamento das relações sociais, mediante um processo de conscientização do real significado dessas relações enquanto relações de poder, revelando inclusive a condição de contraditoriedade que as permeia (1986, p. 51-52).

Como mostra Severino, a educação pode ser um meio para buscar a mudança, no entanto, se teorias, como a do empreendedorismo, passarem a fazer parte dos currículos e das metodologias, ficaremos ainda mais longe de encontrar uma educação capaz de formar consciência política nas pessoas, que as leve a buscar as mudanças necessárias a essa sociedade.

Para esse modelo de educação ao longo da vida, o melhor projeto educacional é aquele que proporciona ao aluno manter uma relação direta entre o que ele aprende e o trabalho que vai realizar, posteriormente, deixando

de lado conhecimentos que são fundamentais para o desenvolvimento de uma formação do indivíduo.

A ideologia do empreendedorismo usa o fato da ineficiência das instituições públicas para justificar e afirmar a necessidade de buscar outras formas de investimentos na educação. Para atender às necessidades do mercado, é preciso investir em uma educação capaz de formar mão de obra qualificada, ou seja, uma educação profissionalizante. Para o modelo educacional, baseado na ideologia do empreendedorismo, é necessário que o aluno aprenda na prática, com situações reais, por isso, os teóricos que o defendem falam que esse modelo seria a solução para a falta de empregos.

A educação empreendedora vem ganhando espaço nos discursos de muitos profissionais da educação, como uma ideologia educacional capaz de alcançar a propalada mudança nos modelos educacionais de todo o mundo.

O empreendedorismo tem suas bases de fundamentação na teoria econômica. Segundo Baggio&Baggio:

A essência do empreendedorismo está na percepção e no aproveitamento das novas oportunidades no âmbito dos negócios, sempre tem a ver com criar uma nova forma de uso dos recursos nacionais, em que eles sejam deslocados de seu emprego tradicional e sujeitos a novas combinações (2014, p. 27).

Nessa análise, o empreendedorismo nasceu no seio do desenvolvimento do capitalismo e das empresas, que precisavam buscar equilíbrio econômico e otimização das suas atividades. Nesse sentido, ser empreendedor é estar à procura da construção e da consolidação de uma “economia saudável”, em que haja capacidade de realizar seus objetivos.

A lógica, desenvolvida dentro das empresas capitalistas, ganha força a cada dia, dentro da escola. Conceitos desenvolvidos para atender às necessidades do capital dentro das empresas estão sendo levados para o campo educacional.

Segundo Laval:

Esses discursos permitem colocar, simbolicamente, a instituição escolar sob a jurisdição de uma lógica de gestão estranha à sua referência cultural e política antiga mas, também, submetê-la à pressão de lógicas sociais e

econômicas que até então lhe eram exteriores, favorecendo, assim, a interiorização de novos objetivos e a constituição de novas identidades profissionais (2004, p. 45).

Nesse sentido, de promover novas identidades profissionais, a educação, com foco na ideologia do empreendedorismo, é apresentada como uma saída para o jovem que não tem emprego. Esses jovens devem pensar em ser o seu próprio empregador, tendo força para buscar algumas atividades que lhes proporcionem renda. O perfil do empreendedor é de “[...] quem tem “espírito empreendedor” tem iniciativa, autoconfiança, se arrisca e aceita as consequências desse risco, pois tem o perfil de um destemido e fará tudo para não fracassar” (COAN, 2012, p. 2).

A ideologia empreendedora e a pedagogia das competências passaram a ser as palavras de ordem no campo educacional, nos últimos anos, sendo que uma complementa a outra, de maneira a atender aos interesses do capitalismo.

A visão da Pedagogia das Competências é de que o aluno deve aprender conceitos práticos, conteúdos que usará no seu dia a dia, na profissão que escolher. O conhecimento que o aluno vai aprender precisa possibilitar condições para realizar os seus sonhos.

Segundo Ramos (2002, p. 404):

Um currículo baseado em competência parte da análise do processo de trabalho, da qual se constrói uma matriz referencial a ser transposta pedagogicamente para uma organização modular, adotando-se uma abordagem metodológica baseada em projetos ou resolução de problemas.

Os conteúdos de um currículo, baseado na Pedagogia das Competências e na ideologia do empreendedorismo, alegam proporcionar ao aluno o desenvolvimento de suas competências e habilidades para alcançar o sucesso. Quando a Pedagogia das Competências é analisada por um olhar mais crítico, é possível visualizar seus pontos negativos. Essa educação, que se mostra positiva para o trabalhador, na verdade, é totalmente prejudicial para o desenvolvimento educacional, de modo que os sujeitos compreendam o seu papel dentro da sociedade, como capazes de transformar a sua realidade para alcançar as mudanças, em busca de uma sociedade mais justa e solidária.

De acordo com Coan (2011), a teoria do empreendedorismo tem duas vertentes principais: uma, baseada na economia clássica, tendo como bases principais as ideias encontradas dentro das empresas e da linha dos negócios; a outra vertente está baseada na psicologia, como uma ideia de comportamento a ser seguido, para alcançar os objetivos desejados durante a vida. Nesse sentido, Coan escreve:

Essa apresentação do empreendedorismo em duas grandes vertentes tem caráter meramente didático uma vez que se trata de vertentes com muitos pontos em comum, principalmente no que diz respeito à ideia de empreender como ato de inovar e se distanciam apenas em alguns aspectos relativos a quem é o empreendedor e como ele age (2011, p. 64).

Entendemos que é de fundamental importância a compreensão e a construção crítica de uma análise sobre os termos empreendedorismo e pedagogia das competências, para que se possa analisar as reais consequências desses termos para a educação brasileira.

O termo empreendedorismo é muito antigo e seu significado vem sendo alterado no decorrer do seu percurso histórico. Segundo Coan (2011), Richard Cantillon (1680-1734) pode ser “[...] considerado precursor do tema com a obra Ensaio sobre a natureza do comércio em geral (2011, p. 67)”.

Na visão do documento da União Europeia, intitulado “Tornar o espaço europeu de aprendizagem ao longo da vida uma realidade”, da Comissão Europeia de 2001, para que ocorra a mudança para a sociedade do conhecimento, que se faz necessária, a fim de buscar melhores condições de existência para seus cidadãos, é necessário começar pela educação nacional, já que não vem apresentando as condições para acompanhar as mudanças da sociedade. Afirma a Comissão Europeia: “[...] a chave para o futuro da Europa reside nos seus cidadãos e nos respectivos conhecimentos e competências (2001, p. 4).”

Ainda de acordo com o documento da Comissão Europeia: “[...] a aprendizagem ao longo da vida deveria cobrir integralmente o espectro da aprendizagem formal, não formal e informal (2001, p. 5).” Na busca por esses objetivos, a Comissão Europeia propôs aos países membros<sup>21</sup> estratégias e

---

<sup>21</sup> Segundo o site [https://europa.eu/european-union/about-eu/countries\\_pt](https://europa.eu/european-union/about-eu/countries_pt), os países membros da comissão Europeia são: Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre,

metas para alcançar um aprendizado ao “longo da vida”, para todos os níveis de instrução. Na análise da Comissão Europeia:

A mensagem é inequívoca: os sistemas tradicionais devem ser adaptados, a fim de se tornarem mais abertos e mais flexíveis, obstando a que as desigualdades existentes se perpetuem facultando aos aprendentes o acesso a percursos individuais de aprendizagem à medida das suas necessidades e interesses, em qualquer estágio da sua existência (2001, p. 5).

Na América Latina, mais especificamente no Brasil, o empreendedorismo passa a ganhar forças com a abertura econômica nos anos 1990. A primeira escola brasileira a ministrar aulas sobre o empreendedorismo foi a Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, no estado de São Paulo, no ano de 1981. Já no ano de 1984, a Faculdade de Economia Administração e Contabilidade, da Universidade de São Paulo, ofereceu o ensino sobre o empreendedorismo. Nesse mesmo ano, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul também ofereceu um curso sobre o empreendedorismo (COAN, 2014).

Ainda como afirma Coan:

Em 1992, o Departamento de Informática da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) criou o CESAR (Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife) com objetivo de ser um núcleo de aproveitamento industrial dos resultados acadêmicos. Em 1993, criou-se uma rede de ensino de empreendedorismo por meio do programa SOFTEX/CNPq (Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro) com o núcleo FUMSOFT/MG (Sociedade Mineira de Software/Minas Gerais) (2014, p. 158).

A partir de então, a educação, voltada para o empreendedorismo, só vem crescendo e, atualmente, ganha mais visibilidade, com autores como Fernando Dolabela, que é o principal escritor e precursor do tema empreendedorismo no Brasil, difundindo a cultura empreendedora, por meio de livros, cursos, sites e vídeos disponíveis para acesso na internet.

Coan evidencia a seguinte análise:

[...] Fernando Dolabela é o autor de maior influência na construção do slogan “educar para o empreendedorismo”. [...] o autor difunde a ideia de que educar para empreender é a

---

Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polónia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Roménia e Suécia.

melhor, às vezes a única, saída para enfrentar os problemas da sociedade atual, notadamente, o do desemprego. O autor destaca que o mundo atual passa por rápidas e profundas transformações que exigem um novo posicionamento da escola (2014, p. 161).

Dolabela tem uma visão de que a educação, disponibilizada hoje, tenta preparar as crianças para um emprego; já a teoria que ele defende, postula que a melhor educação para as crianças seria o empreendedorismo, o qual busca formar nas crianças um espírito empreendedor e seria capaz de proporcionar aos alunos o desenvolvimento pessoal, local e de forma sustentável.

Nas falas disponibilizadas na internet, em sites como o YOUTUBE e as páginas nas redes sociais, do próprio Fernando Dolabela, podemos ver que se trata de um defensor e propagador da teoria do empreendedorismo, defendendo-a como uma possibilidade de mudança para a realidade da economia brasileira. Dolabela recomenda buscar sempre aprimorar as técnicas de ensino para atingir o maior número possível de pessoas com a teoria do empreendedorismo.

Para Baggio&Baggio:

O empreendedorismo pode ser compreendido como a arte de fazer acontecer com criatividade e motivação. Consiste no prazer de realizar com sinergismo e inovação qualquer projeto pessoal ou organizacional, em desafio permanente às oportunidades e riscos. É assumir um comportamento proativo diante de questões que precisam ser resolvidas (2014, p. 26).

Ser empreendedor, nesse sentido, é estar disposto a enfrentar problemas e ser proativo diante das situações de risco. Usar todas as suas potencialidades e, principalmente, aprender a usar o quinto pilar, o “aprender a empreender”, numa busca constante pelo conhecimento.

Ainda segundo Baggio&Baggio:

A essência do empreendedorismo está na mudança, uma das poucas certezas da vida. Por isso o empreendedor vê o mundo com novos olhos, com novos conceitos, com novas atitudes e propósitos. O empreendedor é um inovador de contextos. As atitudes do empreendedor são construtivas. Possuem entusiasmo e bom humor. Para ele não existe apenas problemas, mas problemas e soluções (2014, p. 27).

O processo de produção capitalista é destrutivo, ou seja, está em constantes mudanças, transformando o que não tem mais utilidade em algo

novo. Assim seria o espírito empreendedor, sempre buscando aquilo que melhor resolve seus problemas, não ficando preso ao que já é pré-determinado. O autor Joseph Alois Schumpeter conceitua o empreendedor como sendo o agente no “processo de destruição criativa<sup>22</sup>”.

Com base nas leituras sobre o empreendedorismo de Fernando Dolabela, podemos sistematizar a definição do que é ser um empreendedor, de forma simples, como sendo aquela pessoa que é sonhadora, mas que não fica só nos sonhos, pois busca torná-los realidade, ou seja, não fica apenas na imaginação, portanto, transforma ideais em ações concretas.

Hoje, na lógica da teoria do empreendedorismo, defendida pelos Organismos Internacionais, principalmente pelo Banco Mundial, de uma “educação ao longo de toda a vida”, é mais importante ter o domínio de muitos conhecimentos, mas saber aprender sozinho, ou seja, quando a pessoa não tem o conhecimento sobre determinado assunto, irá buscar conhecê-lo. Segundo essa ideologia, as pessoas precisam, cada vez mais, ser autodidatas e independentes à procura do conhecimento.

A pessoa empreendedora estaria sempre preocupada com os recursos que vai utilizar, a maneira mais eficaz de realizar determinada tarefa. O empreendedor veria nas dificuldades a oportunidade para realizar mudanças positivas em suas atividades. Ser empreendedor seria uma questão de olhar além da dificuldade. Essas seriam práticas sedutoras, segundo seus defensores, capazes de mudar para melhor uma sociedade.

Esse é um “discurso”; basta todos sermos empreendedores e, então, teremos uma sociedade mais equilibrada, na qual não falta emprego e nem oportunidade para ninguém, em que todos seremos iguais. A ideologia do empreendedorismo faz parte só de um “discurso bonito”, mas, não é para ser realidade. É um discurso falacioso.

Segundo Baggio&Baggio:

O Brasil ocupa a 15ª posição do Ranking do Empreendedorismo por Oportunidades e a 4ª posição no Ranking do Empreendedorismo por Necessidades, segundo a

---

<sup>22</sup>Para maior compreensão do termo “processo de destruição criativa”, sugerimos a leitura do texto de Joseph Alois Schumpeter intitulado: Capitalismo, Socialismo e Democracia, de 1942.

pesquisa da GEN – *Global Entrepreneurship Monitor* realizada em 2005 em 36 países (2014, p. 26).

Esse ranking nos diz muito sobre o Brasil. Nosso país não faz empreendedores por oportunidades, ou seja, porque as pessoas querem e buscam ser empreendedoras para realizar seus objetivos. Pelo contrário, grande parte da população busca ser “empreendedora” por falta de oportunidade de emprego e pelas más condições de trabalho, o que os leva a buscar suas próprias oportunidades.

A ideologia do empreendedorismo faz cada vez mais adeptos, seja por oportunidade ou por falta de opção<sup>23</sup>; assim, as pessoas estão se tornando empreendedoras e tendo cada vez mais acesso a essa teoria. Nesse sentido, Longenecker aponta:

Diversas outras circunstâncias desagradáveis podem servir como trampolim para o início de uma carreira empreendedora. Um professor pode achar que os processos da escola se tornaram monótonos para ele, ou um imigrante pode ver o empreendedorismo como meio de suplantar a discriminação ou as oportunidades limitadas de emprego (2007, p.9).

Como afirma Baggio&Baggio (2014), as teorias que fundamentam o empreendedorismo são a teoria econômica e a comportamentalista. O empreendedorismo começa a se desenvolver dentro das empresas, no processo econômico; já a teoria comportamentalista vem explicar que ser empreendedor é uma questão de comportamento, que pode ser desenvolvida por qualquer pessoa que tenha dedicação e vontade de ser empreendedora. Segundo Baggio&Baggio: “O objetivo desta abordagem do empreendedorismo foi ampliar o conhecimento sobre motivação e o comportamento humano (2014, p. 27).”

O empreendedor vai entender os processos econômicos, mas, acima de tudo, vai aproveitar todas as oportunidades; segundo essa ideologia, se ele perder o emprego e não conseguir encontrar outro, vai desenvolver seu próprio empreendimento, ou seja, a pessoa se mostraria ou se tornaria empreendedora nos momentos de dificuldade, quando precisa buscar uma forma de renda alternativa.

---

<sup>23</sup> Indivíduos que iniciaram uma atividade empresarial, em decorrência de problemas financeiros ou de outra situação negativa, são descritos como empreendedores por necessidade (LONGENECKER [et al], 2007, p.9)

Há várias abordagens sobre o perfil do empreendedor. Autores como Leite e Oliveira (2007) defendem que existem dois tipos de empreendedores: o que tem oportunidade de ser empreendedor e o que se torna empreendedor por necessidade. Já Pessoa (2005) defende que existem três tipos de empreendedores: o corporativo, o start-up e o social. O empreendedor corporativo é o que atua em uma empresa já existente; o empreendedor start-up vai criar a sua própria empresa, sendo dono do seu próprio negócio; e o empreendedor social vai buscar mudanças na sua realidade social (LEITE e OLIVEIRA (2007), PESSOA (2005) apud Baggio&Baggio, 2014).

Apesar das diferentes abordagens, em sua essência, todas consideram como empreendedora aquela pessoa que se destaca dentre os outros, não fica esperando seus sonhos e objetivos se realizarem sozinhos, mas vai à luta para alcançar suas metas, fazendo das oportunidades sua realização.

Segundo Baggio&Baggio, o que motiva um empreendedor:

Fatores pessoais: desejo de realização pessoal, insatisfação no trabalho, desejo de ganhar dinheiro, desejo ardente de mudar de vida ou mesmo o fato de ser demitido de seu emprego; Fatores ambientais: analisar e identificar oportunidades de negócios ou a possibilidade de entrar em um projeto; Fatores sociológicos: possibilidade de ter um grupo de pessoas competentes com características semelhantes, influência de parentes ou modelos já desenvolvidos na família (2014, p. 33).

Para se tornar empreendedora, uma pessoa pode ter vários motivos, no entanto, podemos elencar como principais, segundo essa lógica, força de vontade e a necessidade.

Segundo o “empresômetro”<sup>24</sup>, hoje, o Brasil tem 19.961.985 empresas ativas. E ainda existem os empreendedores que estão na informalidade, que não estão sendo contabilizados pelo “empresômetro”.

Não existem tantos consumidores com condições financeiras para consumir todos os produtos que são colocados à disposição no mercado, mas os economistas e defensores da teoria do empreendedorismo justificam os

---

<sup>24</sup> O Empresômetro é atualizado pelo Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT). No site (<https://www.empresometro.com.br/>), há informações sobre as empresas que estão ativas no Brasil; os dados estão fundamentados em informações fornecidas pela Receita Federal, Secretaria da Fazenda, pelas Secretarias Municipais de Finanças, entre outros órgãos de recolhimento de dados.

grandes números de fechamento de empresas por ano no Brasil, com base na culpabilização aos seus proprietários, que não souberam ser empreendedores e buscar seu lugar “ao sol”.

A principal diferença encontrada no perfil de um empreendedor é que **ele** busca e faz a mudança acontecer, sendo criativo e usando muito sua imaginação para realizar suas atividades. Um bom empreendedor é também um bom líder, porque o empreendedor acaba por influenciar os que o cercam, sendo essa sua principal característica.

Segundo Baggio&Baggio:

[...] são quatro as fases do processo de empreender: identificar e avaliar a oportunidade; desenvolver o plano de negócios; determinar e captar os recursos necessários; gerenciar a organização criada (2014, p. 36).

O primeiro passo para ser um empreendedor seria identificar uma oportunidade; de acordo com a ideologia do empreendedorismo, muitas pessoas deparam-se com chances incríveis, mas não conseguem avaliar essa chance e acabam perdendo boas oportunidades. O segundo passo é ter um bom plano para realizar os negócios; o terceiro é ter os recursos necessários e o quarto e último é ser capaz de gerenciar o seu negócio. O empreendedor precisa saber gerenciar e liderar o seu empreendimento para alcançar o sucesso.

Afirmam Carvalho&Karpowicz:

Ser empreendedor de si mesmo tornou-se uma característica do mundo contemporâneo. A perspectiva gerencialista disseminou-se por todos os âmbitos da vida dos indivíduos. Gerir as emoções, a saúde, a casa, a educação dos filhos, a rotina, a formação, a vida profissional, o casamento etc. passou a fazer parte do cotidiano das pessoas de modo (muitas vezes) naturalizado e indelével. Traçar metas. Avaliar permanentemente os próprios desempenhos. Tornar o tempo rentável. Fixar objetivos. Transformar-se em um empreendedor para um mundo produtivista. Tais enunciados atualmente fazem parte dos discursos de professores, supervisores escolares e acadêmicos em formação, que evidenciam através de suas palavras o modo como foram “capturados” pelo jogo neoliberal da empresa. Cenário no qual a figura do empreendedor de si mesmo (o docente/ o supervisor escolar competente) emerge como um ideal a ser alcançado. A figura de um indivíduo que é capaz de ter ideias brilhantes, de

assumir riscos, de resolver problemas, de suportar o estresse, de desenvolver sua inteligência cognitivo/emocional e, principalmente, de disponibilizar todas as suas aptidões a serviço da rentabilidade da instituição em que trabalha. Um indivíduo capaz de capitalizar seus conhecimentos enquanto moeda de troca no mundo do trabalho, de ser competitivo, de ser reconhecido pelas suas ações, de transformar-se em uma máquina constituída por competências em um processo de ininterrupto aprimoramento (2010, p. 300).

Portanto, um empreendedor saberia gerenciar sua vida, seu cotidiano, independentemente do seu ambiente de trabalho ou condição social. Ironizando o perfil empreendedor, podemos dizer que é “um ser superior”, capaz de ser cada vez melhor.

### **3.1 A PEDAGOGIA DAS COMPETÊNCIAS**

Compreender o contexto político, social e econômico dos anos 1990 é fundamental para entendermos as mudanças que vêm ocorrendo hoje. Nesse período, o modelo neoliberal consolidou-se no Brasil e, com ele, as mudanças na educação, principalmente, referentes à profissionalização.

O apoio dos Organismos Internacionais foi fundamental para o aumento da disseminação da educação profissionalizante, usando como justificativa uma suposta ineficiência da Educação Básica, incapaz de atender aos interesses dos filhos da classe trabalhadora.

Ainda hoje, o Ensino Médio geral e médio Profissionalizante continuam separados nos documentos, mas, teorias como a do empreendedorismo e a Pedagogia das Competências alegam a busca de um novo modelo de profissionalização, desde o ensino fundamental até a pós-graduação, para formar pessoas com habilidades profissionais diferenciadas, que sejam capazes de atuar no mercado de trabalho.

Segundo Laval:

Por trás dessa substituição da qualificação pela competência, se joga a substituição de uma validação do valor pessoal pelo Estado, por um “mercado do valor profissional” mais flexível e mais transparente. A contradição não é no entanto levantada: é necessária uma norma geral que torne visível a competência, que assegure uma “medida comum”, função que justamente a certificação escolar preenche. Na medida que não se pode dispensar totalmente o sistema educativo a tendência consiste

em introduzir na escola a “competência lógica” e combinar assim a marca do sistema educativo e a determinação mais rígida da formação da mão-de-obra pelas empresas que delas se utilizam (2004, p. 58).

A busca por uma constante formação, focando em ser um bom profissional, não é suficiente porque o real agente regulador de todo esse processo é o mercado, visto que ele é o dirigente de todo o processo de trabalho.

Passamos a descrever as características da Pedagogia das Competências, que atendem à lógica empreendedora, a qual começou a ser desenvolvida nas empresas no início dos anos 1990. A cada ano, o Estado vem usando esse modelo gerencial para atender aos interesses burgueses, que têm ganhado espaço e força entre os educadores menos avisados e cansados de uma educação que se mostre alheia aos interesses da sociedade em que vivem.

A Pedagogia das Competências começa a ser desenvolvida com o objetivo de melhorar o ensino, de modo que atenda da melhor forma possível o mercado, disponibilizando recursos humanos qualificados para o trabalho.

O ensino por competências passou a ser discutido com dois principais objetivos: o primeiro consiste em oferecer uma nova definição para a relação existente entre trabalho e educação, ou seja, buscar uma educação menos focada em formar pessoas para o trabalho, nos moldes tradicionais; a segunda é a institucionalização de uma nova forma de ensinar, menos tradicional, que leve os alunos a buscar novos meios de trabalho, já que os existentes não são suficientes para empregar a todos.

Na análise de Ramos, a educação, por meio das competências, pode:

[...] proporcionar aos jovens passagens menos traumáticas para o mundo do trabalho e, juntamente com os adultos, construir alternativas que supostamente minimizariam o risco da exclusão social. Nisso está a razão de a competência vir associada às noções de empregabilidade e de laborabilidade (2002, p. 407).

De acordo com esse discurso, a Pedagogia das Competências mostra-se um excelente meio de educação, ou seja, cumpre seu papel ideológico de

transformação da sociedade, já que cria a falsa ideia de ajudar os jovens a entrar no mercado de trabalho, de forma mais tranquila e menos traumática.

Ensinar por competências pode causar um grande retrocesso no processo de ensino aprendizagem. Por exemplo, promovendo apropriações aligeiradas dos conteúdos e uma educação apenas preocupada em profissionalizar os jovens, o que deixaria de lado os conteúdos historicamente produzidos.

Uma das características da Pedagogia das Competências é o fato de que não se preocupa com os conteúdos que foram produzidos historicamente pelos homens. Ela está mais preocupada em ensinar aos jovens como irão se posicionar dentro da empresa em que vão trabalhar. Os trabalhadores precisam aprender a ser “empregáveis”, ou seja, ser capazes de realizar qualquer tarefa, sendo flexíveis, capazes de encarar mudanças positivas ou negativas.

O ensino desse modelo educacional deve preparar para o trabalho, segundo Deluiz:

Ao definir sua estratégia competitiva (excelência operacional através da competição com base no custo, inovação no produto, orientação para serviços aos clientes) as organizações empresariais identificam as competências essenciais do negócio e as necessárias a cada função. A partir destas são definidas as competências dos trabalhadores necessárias à organização. No modelo das competências os conhecimentos e habilidades adquiridos no processo educacional, na escola ou na empresa, devem ter uma "utilidade prática e imediata"—tendo em vista os objetivos e missão da empresa—, e a qualidade da qualificação passa a ser avaliada pelo "produto" final, ou seja, o trabalhador instrumentalizado para atender às necessidades do processo de racionalização do sistema produtivo. O "capital humano" das empresas precisa ser constantemente mobilizado e atualizado para garantir o diferencial ou a "vantagem competitiva" necessários à desenfreada concorrência na economia internacionalizada.

O caminho a ser utilizado pela Pedagogia das Competências está pautado em uma educação capaz de preparar o capital humano, necessário para o trabalho, ou seja, a preocupação está em ensinar conteúdos práticos exercidos no dia-a-dia dos alunos. Esse modelo de educação proporciona um esvaziamento dos conteúdos científicos, importantes para os sujeitos entenderem o seu papel dentro dessa sociedade, e para o seu amplo desenvolvimento. A luta por um ensino, baseado em conhecimentos científicos,

mostra que a escola é o espaço de contradição e não só de reprodução da sociedade.

Na análise de Ramos, sobre o ensinar por competências:

A ideia que se difunde quanto à pertinência do uso da noção de competência pela escola é que tal noção seria capaz de promover o encontro entre trabalho e formação. No plano do trabalho, verifica-se o deslocamento do conceito de qualificação em direção à noção de competência. No plano pedagógico, testemunha-se a organização e a legitimação da passagem de um ensino centrado em saberes disciplinares a um ensino definido pela produção de competências verificáveis em situações concretas e específicas. Essas competências são definidas em relação aos processos de trabalho que os sujeitos deverão ser capazes de compreender e dominar (p.1).

Uma escola que ensina por competências estará mais preocupada em ensinar seus alunos a dominar conteúdos referentes aos processos de trabalho que irão executar, ao invés de ensinar conteúdos que fazem parte de um saber histórico e sistematizado, o qual é direito e uma constante luta dos trabalhadores.

A educação, fundada pela Pedagogia das Competências, é baseada em disciplinas “valorizadas” por transmitirem ao aluno conhecimentos usados como base para outras competências, ou seja, o ensino é feito por meio de experiências, criando situações reais para ensinar aos alunos conceitos empresariais.

Segundo Ramos:

[...] a metodologia adquire centralidade no processo ensino-aprendizagem, posto que elas devem identificar-se com as ações ou o processo de trabalho do sujeito que aprende. As situações-meio que constituem o currículo deveriam congrega problemas e projetos desafiadores, reais ou simulados, que desencadeiem ações resolutivas, identificados com as situações típicas da área profissional (2002, p. 413).

Essas atividades são desenvolvidas nas empresas e nas escolas ou mesmo nas empresas; são elaborados projetos para realizar atividades práticas, a fim de ensinar aos alunos como solucionar os problemas que normalmente circundam a realidade de um empreendedor.

Nessa perspectiva, os alunos não precisam aprender os conteúdos necessários para questionar o momento atual e ter conhecimento suficiente

para buscar a mudança. Os filhos da elite sempre tiveram e vão continuar tendo uma educação nos moldes tradicionais, estudando e compreendendo os clássicos da história, para continuar no papel de dominantes da sociedade capitalista. Quando se nega os conhecimentos científicos, está se negando, igualmente, a possibilidade de desenvolvimento e o aprimoramento das funções psicológicas superiores, assim como a possibilidade do aluno aprender a realidade e suas determinações.

Como afirma Costa:

[...] as propostas curriculares pautadas em tal visão não poderiam se limitar a ensinar conhecimentos inúteis a ação. A construção de competências na escola levaria a uma reavaliação da quantidade e da qualidade dos saberes transmitidos, pois só seriam considerados válidos aqueles que pudessem ser mobilizados em determinadas situações (2005, p. 53).

A educação precisa ir além dos conteúdos práticos, que só servem para o sujeito enquanto trabalhador. Precisa levar seus alunos a pensar e compreender o seu papel dentro da sociedade, como agentes históricos capazes de buscar melhorias e alterar a realidade em que vivem; para isso, precisam conhecer o que a humanidade produziu ao longo da sua história.

A educação por competências entende o conhecimento humano, o qual é produzido historicamente, apenas na sua aplicabilidade para o trabalho, proporcionando um esvaziamento dos conteúdos científicos.

Ressalta Ramos:

A marca cartorial observada na relação entre educação, emprego e prestígio social, no Brasil, herança da cultura escravocrata, e oligárquica, construiu um arco de proteção aos diplomas e títulos profissionais, de modo que a dimensão conceitual da qualificação parece pouco ameaçada pela noção de competência (2002, p. 410).

Nos últimos anos, isso vem mudando; os diplomas, que antes proporcionavam uma melhor colocação no mercado, agora não são mais uma garantia de melhores condições de trabalho. As competências, nessa lógica, podem ser aprendidas, seja pela educação ou por meio das experiências de outras pessoas. Hoje, a ideologia das aptidões naturais ainda é utilizada; a ideologia das competências vem para acrescentar e não substituir a outra.

Outro autor, que analisa a ideia do que é a escola, nos dias de hoje, é Laval:

A primeira função é imposta pelo crescimento econômico e o desenvolvimento do bem-estar. A escola, que não é mais a única fonte de saber, deve, doravante, “aprender a ensinar” a fim de que a criança possa ordenar e selecionar a informação confusa, lacunar e orientada da cultura comercializada de massa (2004, p. 10).

Na análise de Laval, a escola vem atendendo aos interesses do mercado, ensinando que os alunos devem aprender sozinhos, numa constante busca pelo saber, ou seja, um constante aprendizado para toda a vida.

Para que a escola atenda a esse modelo de ensino, focado no aprendizado ao longo de toda a vida, precisa funcionar como uma empresa, com máximo desempenho nas atividades, capaz de produzir os conhecimentos necessários para o constante aprendizado.

Após a análise da pedagogia das competências, passamos à análise do programa Jovens Empreendedores Primeiros Passos (JEPP) do SEBRAE.

#### **4. O curso Jovens Empreendedores Primeiros Passos**

Falar em empreendedorismo no Brasil é abordar sobre o SEBRAE, principal representante do segmento empreendedor, tanto na educação como também na formação dos profissionais, que já atuam e buscam qualificar-se para atender a essa lógica empreendedora.

Quando ouvimos falar em empreendedorismo, por aqueles que defendem essa teoria, podemos até nos interessar por ela, porque o seu discurso é muito interessante e até mesmo convincente, falando em mudança social e melhorias para todos os envolvidos nesse processo. Os financiamentos desse tipo de educação vêm tanto do setor público como do privado, garantindo a geração de novos recursos e a sustentabilidade de programas que busquem atender à ideologia do empreendedorismo.

Sob a ótica do empreendedorismo, uma educação empreendedora tem por objetivo proporcionar aos alunos a chance de desenvolver, dentro de si, um

espírito empreendedor, para que sejam capazes de, no futuro, gerenciar seus próprios negócios, não dependendo do mercado de trabalho para garantir seu emprego, mas tornando-se “donos do seu próprio negócio”.

Um outro aspecto importante para quem busca ser empreendedor seriam as redes de cooperação<sup>25</sup>, ou seja, seria preciso desde cedo obter informações sobre fornecedores, grupos com o mesmo interesse ou até mesmo possíveis sócios para que o empreendimento desse certo. Nesse sentido: “a Educação está relacionada à formação de pessoas que vivem em sociedade. A mesma possibilita na escola, por meio de ações educativas, ao sujeito desenvolver competências e habilidades para agir dentro de uma localidade (Cunha&Magalhães&Guerra, p.4).” Podemos analisar que, segundo a lógica empreendedora, as redes de cooperação podem e devem começar na escola.

Segundo essa lógica, o empreendedorismo é uma questão de espírito, no entanto, não precisamos nascer empreendedores, pois os conceitos do empreendedorismo poderiam também ser aprendidos, uma vez que a pessoa só precisaria desenvolver suas capacidades de inovação e criatividade para enfrentar e solucionar os seus problemas, seja no seu próprio negócio ou como empregado. O melhor local hoje para aprender essas habilidades seria a escola, onde todas as diferenças são colocadas juntas; onde o aluno vivenciaria experiências únicas, que poderão influenciar nas suas decisões para o futuro. Por isso, o SEBRAE passou também a investir e proporcionar às escolas, que tiverem interesse, em projetos e programas para desenvolver o espírito empreendedor nas crianças e nos jovens, já que se considera importante que a cultura empreendedora seja ensinada desde cedo para as futuras gerações.

Nesse sentido, passamos a descrever como aconteceu a criação e o desenvolvimento do SEBRAE, instituição que tem papel fundamental no desenvolvimento da cultura do empreendedorismo no Brasil.

A história sobre o que viria a ser o SEBRAE começa no ano de 1960:

---

<sup>25</sup> Segundo Oliveira&Guerrini: “As redes de cooperação podem ser traduzidas como uma relação de cooperação mantendo uma interdependência entre as empresas, que se unem por objetivos lucrativos em comum, como por exemplo, financiar uma pesquisa, introdução de novo produto no mercado, realizar alianças oportunistas entre outros (2002, p. 2).”

Podemos localizar a partir de 1960, um esforço articulado voltado para o segmento de pequenas empresas, com a criação do Grupo Executivo de Assistência à Média e Pequena Empresa - Geampe, com o objetivo de melhorar a produtividade e fortalecer a estrutura econômica e financeira das empresas industriais (COSTA, 2003, p. 1).

Em 1964, é criado:

[...] o Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresa – FIPEME, que começou a operar em 1965. [...] Os Grupos de Trabalho do FIPEME deslocavam-se até o local dos pequenos e médios empreendimentos para oferecer aos empresários, assistência em aspectos financeiros e administrativos. (COSTA, 2003, p. 1).

Segundo documento, organizado por Costa (2003) e disponibilizado pela Universidade Corporativa do SEBRAE (2003), devido aos problemas econômicos, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social e o Ministério do Planejamento criaram, no ano de 1972, o Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa – CEBRAE. De acordo com seu estatuto, sua finalidade era:

A assistência às pequenas e médias empresas, em aspectos tecnológicos, econômicos, financeiros e administrativos, em treinamento de dirigentes e pessoal técnico-administrativo e na realização de pesquisas, bem como a implantação de um sistema brasileiro de assistência à pequena e média empresa (2003, p. 2).

Até o ano 1990, o CEBRAE passou por uma fase de consolidação, no entanto:

Com a mobilização do próprio órgão, juntamente ao Poder Legislativo Federal e Instituições Empresariais e de apoio à micro e pequena empresa, a Lei nº 8.029 de 12/04/90, que determinou a extinção de várias entidades da administração federal, autorizou a desvinculação do CEBRAE do poder público, transformando-o em serviço social autônomo.

Com a transformação do CEBRAE em SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, que passou a fazer parte do Sistema S (juntamente com Senai, Senac), foram necessários vários meses de trabalho para costurar o novo modelo institucional (COSTA, 2003, p. 4).

O SEBRAE é uma instituição sem fins lucrativos:

Sua missão é promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos empreendimentos das micro e pequenas

empresas. Criada pela Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, regulamentada pelo Decreto nº 99.570, de 9 de outubro de 1990, posteriormente, alterada pela Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990, mesmo que oficializada pelo Estado, não integra a administração direta nem a indireta, ou seja, trabalha ao lado do Estado cooperando nos setores, serviços e atividades atribuídas a ela. Recebe a autorização legal para utilizar e arrecadar contribuições parafiscais, uma contribuição especial que se destina ao financiamento da seguridade social (CUNHA&MAGALHÃES&GUERRA, p. 6).

O SEBRAE mantém parcerias com várias instituições, tendo em vista, segundo o material analisado, proporcionar capacitação e auxílio para pequenas e microempresas, visto que há uma relação estreita com os empresários, de forma a proporcionar cursos para a formação dos empregados.

A parceria entre o SEBRAE e os municípios contribui para o desenvolvimento local, porque favorece na criação do pensamento empreendedor desde os primeiros anos de vida da população e reconhece a importância da criação de empresas bem sucedidas na cidade gerando emprego e renda no município (CUNHA&MAGALHÃES&GUERRA, p. 9).

O objetivo do SEBRAE, ao disponibilizar o curso Jovens Empreendedores Primeiros Passos (JEPP), para todos os municípios que queiram participar do programa, é atingir o maior número possível de alunos das redes municipais de educação, a fim de “proporcionar o desenvolvimento do espírito empreendedor nas futuras gerações”, segundo essa proposta.

O Programa Jovens Empreendedores Primeiros Passos (JEPP), do SEBRAE, que vem sendo ofertado às escolas de ensino Fundamental I, da rede pública de ensino, tem em vista proporcionar para as crianças uma cultura empreendedora. Esse programa considera o quinto pilar da educação “aprender a empreender”, já mencionado anteriormente, como fundamental no processo de ensino-aprendizagem das futuras gerações. Nesse sentido, para atender à lógica empreendedora, é necessário desenvolver nos alunos a necessidade do aprendizado ao longo de toda a vida, segundo o JEPP.

As habilidades, que devem ser desenvolvidas nas crianças, por meio dos cursos do JEPP, são a criatividade e a imaginação necessárias para o empreendedor, de forma que possa buscar novos horizontes, nos quais ele

seria independente e capaz de assumir suas próprias responsabilidades.

Segundo Pombo:

A auto-avaliação, a autocrítica e o controle do comportamento são características do empreendedor que busca o autodesenvolvimento. Para se tornar um empreendedor de sucesso, é preciso reunir imaginação, determinação, habilidade de organizar, liderar pessoas e de conhecer tecnicamente etapas e processos (p. 1).

O Programa vende a ideia de que o esforço e a determinação do espírito empreendedor são as únicas condições necessárias para alcançar o sucesso na vida pessoal e profissional.

O objetivo do Programa é que os alunos aprendam a gerenciar a própria vida tanto pessoal como profissional. Segundo o material disponibilizado pelo SEBRAE, para os professores das escolas que fazem parte do programa:

[...] a educação empreendedora incentiva que o sujeito busque o autoconhecimento, novas aprendizagens, além do espírito de coletividade. Dessa forma, a educação deve atuar como transformadora desse sujeito e incentivá-lo à quebra de paradigmas e ao desenvolvimento das habilidades e dos comportamentos empreendedores (SEBRAE, 2012, p. 6).

O programa busca desenvolver nos alunos competências para serem empreendedores, as quais seriam usadas por toda a vida, por aqueles que tiverem mais facilidade para aprender a lidar com os problemas do cotidiano. Dessa forma, o programa busca ensinar às crianças que frustrações e problemas são responsabilidade unicamente do sujeito e não do sistema, que é falho e que não teria lugar para todos os trabalhadores.

Ainda de acordo com o mesmo material, disponibilizado pelo SEBRAE:

O perfil do professor de educação empreendedora deve ser de mediador das descobertas do grupo. Além do mais, este deve ter iniciativa para a sua formação continuada, abrindo-se a novas maneiras de aprender e ensinar. Para tanto, sua prática necessita interagir com as diferentes formas de aprendizagem, contribuir para um ambiente motivador, respeitar os estilos individuais e do grupo, acolher a realidade e o interesse da região, estimular a autonomia, a argumentação e a criação, propiciando que todos alcancem os objetivos (SEBRAE, 2012, p. 6).

É possível afirmar que a proposta incorpora a pedagogia das competências e vai ao encontro do atendimento de determinados interesses particulares de cada região, não proporcionando ao aluno a compreensão da realidade histórica em que está inserido. Ensina-se apenas capacidades como autonomia para o trabalho, capacidade de transformar ideias em trabalho, autogerenciamento de si, planejamento estratégico, resiliência<sup>26</sup>, proatividade<sup>27</sup>, sociabilidade, capacidade de correr riscos, entre outras características necessárias para uma pessoa ser empreendedora.

Baseado no material do curso Jovens Empreendedores Primeiros Passos:

[...] a educação empreendedora incentiva que o sujeito busque o autoconhecimento, novas aprendizagens, além do espírito de coletividade. Dessa forma, a educação deve atuar como transformadora desse sujeito e incentivá-lo à quebra de paradigmas e ao desenvolvimento das habilidades e dos comportamentos empreendedores (SEBRAE, 2012).

O empreendedorismo busca formar pessoas capazes de resolver seus problemas, de se mostrarem independentes e que saibam aproveitar as oportunidades do mercado para melhorar a própria vida, ou seja, pessoas que não culpem o sistema por suas frustrações.

Essa proposta de educação não tem o objetivo de formar um homem integral nas suas possibilidades e capacidades, que seja capaz de questionar e entender o verdadeiro significado dessa educação para a sociedade em que vive. Mas, formar um homem adaptável ao sistema existente, o qual gerencie a sua vida, de modo a superar os problemas.

O programa, desenvolvido pelo SEBRAE, atende todo o ensino Fundamental, disponibilizando materiais para todas as séries do Ensino Fundamental I e Fundamental II.

No folder, disponível no site do SEBRAE, temos todos os títulos disponíveis para cada série do ensino Fundamental, sendo o primeiro ano: “o

---

<sup>26</sup> É um termo de difícil definição, mas pode ser entendido como a capacidade de se recuperar após um trauma ou estresse sofrido, ou seja, a pessoa consegue se recompor de situações adversas, num curto período de tempo.

<sup>27</sup> Proatividade é a capacidade de controlar conscientemente a própria vida, ou seja, a pessoa não espera que as coisas aconteçam; ela mesma cria suas oportunidades.

mundo das ervas aromáticas”; segundo ano: “temperos naturais”; terceiro ano: “brinquedos ecológicos”; quarto ano: “locadora de produtos”; quinto ano: “sabores e cores”; sexto ano: “ecopapelaria”; sétimo ano: “artesanato sustentável”; oitavo ano: “empreendedorismo social”; e nono ano: “novas ideias, grandes negócios”. No entanto, nosso estudo ficará focado somente no material disponível para o Ensino Fundamental I.

O folder, disponibilizado no site do SEBRAE, traz a seguinte fala sobre o programa:

Ao considerar que o empreendedorismo pode ser aprendido e ensinado, o JEPP incentiva o protagonismo juvenil e a iniciativa futura na busca de possibilidades de inserção no mercado de trabalho, por meio de uma postura empreendedora ou da criação de negócios próprios.

O curso apresenta dois eixos centrais: estímulo ao comportamento empreendedor e orientação para o plano de negócios, com aprofundamento gradual, além de quatro temas transversais, como cultura da cooperação e da inovação, ecossustentabilidade, ética e cidadania (SEBRAE).

O curso disponibilizado pelo SEBRAE tem duração de 45 horas presenciais para os professores, que irão participar do programa diretamente nas escolas. Nesse curso, os professores têm acesso aos materiais e aprendem a utilizá-los com os alunos.

A escolha das escolas é feita juntamente com a secretaria de educação, se a escola for pública. O SEBRAE realiza divulgação do programa juntamente às secretarias municipais e estaduais de educação das cidades; a partir disso, cada secretaria tem autonomia para aceitar ou não o programa. Quando a secretaria aceita participar do programa, os professores das escolas escolhidas da rede recebem a formação, fornecida pelo SEBRAE, para trabalhar com todo o material didático.

Tivemos acesso aos materiais didáticos, disponibilizados pelo SEBRAE aos professores das escolas municipais de ensino, que aceitam participar do Programa Jovens Empreendedores Primeiros Passos (JEPP). Esse material é disponibilizado para as escolas, sendo que um livro específico é para o professor e um outro para cada aluno da turma.

O Programa Jovens Empreendedores Primeiros Passos é feito do Primeiro ao Quinto ano do ensino Fundamental I e do sexto ao nono ano do Fundamental II, tendo conteúdos diferentes para cada ano, ou seja, o aluno,

que fizer o curso do primeiro até o nono ano do ensino fundamental e tiver acesso ao JEPP, não correria o risco de repetir o mesmo assunto duas vezes.

Os livros a que tivemos acesso foram publicados em 2012, sendo que todos os direitos estão reservados para o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE.

O livro do primeiro ano tem o seguinte título: “O mundo das ervas aromáticas”, sendo dividido em 13 encontros; na introdução, os alunos são questionados sobre o que é ser um empreendedor e recebem uma explicação do que o Sebrae considera como empreendedorismo: “Empreendedor é a pessoa que corre atrás dos seus sonhos, sem medo de errar.” (SEBRAE, 2012).

Nos primeiros encontros, os alunos têm contato com o objeto de estudo do primeiro ano, que são as ervas aromáticas; eles serão acompanhados pela personagem Filomena, a qual tem uma loja de ervas aromáticas. O material também traz atividades diferenciadas sobre o tema, por exemplo: sobre as ervas aromáticas, são desenvolvidas atividades a respeito do olfato, para que os alunos possam realizar os objetivos ao final do material, que são a produção e comercialização de chás.

No decorrer do material, os alunos do primeiro ano vão aprendendo a produzir, juntamente com o professor, os sachês perfumados, as águas aromatizadas, chás, a organizar e fazer planejamentos, realizar entrevistas com possíveis compradores, a importância de produzir produtos de qualidade para serem vendidos, calcular o valor pelo qual os produtos serão vendidos, divulgação da loja e, assim, a comercialização dos produtos em uma feira na própria escola, com os produtos e as embalagens produzidas pelos alunos, no decorrer do curso Jovens Empreendedores Primeiros Passos.

O livro, fornecido para o professor, contém explicações de como direcionar as aulas, o tempo de duração para a realização das atividades e os objetivos que devem ser alcançados durante a aula. Por exemplo: “busca de informações; busca de oportunidades e iniciativa; planejamento e monitoramento sistemático; criatividade; comprometimento na realização das atividades (SEBRAE, 2012).”

O material do professor traz, também, quais “comportamentos empreendedores” devem ser apropriados durante o ano. Essas competências

serão estimuladas e desenvolvidas, sendo as mesmas do primeiro ano até o quinto ano do ensino Fundamental I. Assim, o material é dividido em três conjuntos de competências. O primeiro, diz respeito às competências cognitivas:

Competências cognitivas: conhecer aspectos do mundo dos negócios através da montagem de uma loja de ervas aromáticas; compreender etapas de planejamento para concretizar um objetivo; conhecer características do comportamento empreendedor; estabelecer correlação entre a cultura empreendedora e os valores éticos, culturais e de cidadania (SEBRAE, 2012).

No segundo conjunto, estão as competências atitudinais:

Posicionar-se de maneira autônoma diante de situações que estimulem o seu perfil como jovem empreendedor; predispor-se ao trabalho coletivo para alcançar um objetivo comum; adotar postura de convivência de forma ética e cidadã com o ambiente e as pessoas ao seu redor; tomar consciência do seu potencial criativo para resolver situações (SEBRAE, 2012).

O terceiro conjunto de competências envolve as operacionais:

Desenvolver estratégias para alcançar objetivos comuns; planejar etapas para a montagem da loja de ervas aromáticas; realizar a avaliação do planejamento realizado, com foco na qualidade e eficiência; utilizar diferentes estratégias para resolver situações problemas (SEBRAE, 2012).

Essas competências, acredita o SEBRAE, possibilitarão que os alunos desenvolvam o espírito empreendedor, por isso, são a base de todo o curso, visto que o objetivo do programa é, ao final, evidenciar a apropriação de todas as competências, por parte dos alunos, de forma que consigam colocá-las em prática, no seu dia-a-dia. Assim, terão a possibilidade de ser empreendedores da sua própria vida. Esses objetivos, propostos pelo curso, não mudam sua essência nos cinco primeiros anos do ensino fundamental.

Segundo o SEBRAE:

[...] o curso Jovens Empreendedores Primeiros Passos, aliado a um ambiente propício à aprendizagem, favorece o envolvimento do aluno no próprio ato de fazer, pensar e aprender, características fundamentais dos comportamentos empreendedores (SEBRAE, 2012).

No segundo ano, os alunos usam o livro com o seguinte título: “Temperos Naturais”. Na introdução, é retomado o questionário do primeiro ano, sobre o fato de: os alunos sabem o que é ser empreendedor?

Nesse livro, os alunos acompanharam a história de Leonardo, que “se muda da cidade para o campo e conquista a amizade do senhor Mário, seu vizinho agricultor, ele estabelece uma relação mais próxima e de respeito com a natureza e com tudo que nela vive (SEBRAE)”.

Os alunos aprendem sobre os alimentos e suas utilidades, nos primeiros capítulos. São retomados os conteúdos de Ciências, sobre a fotossíntese, e Geografia, sobre zona rural e zona urbana; após a explicação dos conteúdos para os alunos, são convidados a realizar sua própria plantação de temperos, que será realizada em um local disponibilizado pela escola com a supervisão e orientação do professor.

Nos próximos capítulos, o material do SEBRAE passa a falar sobre os princípios empreendedores, que envolvem o planejamento e os planos de negócios. O personagem da história, Mário, mostra a Leonardo que é necessário realizar um planejamento para alcançar suas metas durante o ano.

Os alunos são estimulados a realizar seu planejamento e o plano de negócios para a plantação, cultivo, divulgação do produto e, por fim, a venda. Na imagem disponível no material didático, fica visível como deverá ser o planejamento anual.



(SEBRAE, 2012).

Antes do plantio, os alunos também devem realizar uma entrevista com os possíveis compradores para, então, escolher quais temperos plantar. O material também explica como os alunos devem estabelecer o preço dos

produtos a serem vendidos, realizando uma planilha com os materiais utilizados e seus custos para a produção.

Após a realização da feira, para vender os temperos naturais, os alunos precisam efetivar um balanço do que foi vendido e do que sobrou, verificando também se ocorreu a falta de algum produto no meio da feira, planejando-se com a organização de quantidade de produtos necessários para a sua realização. Para finalizar, efetuar o estudo sobre os resultados que alcançaram com a venda dos seus produtos, se tiveram lucro ou prejuízo e qual o valor obtido, após essa análise. Assim, os alunos conseguem aprender todo o processo, desde a produção até a análise final dos custos e do lucro.

O livro do professor traz os objetivos que precisam ser alcançados pelos alunos, no decorrer do curso, com base na ideologia do empreendedorismo. Cada capítulo do material elenca alguns dos princípios citados abaixo; alguns deles são repetidos várias vezes no material didático. “Criatividade; busca de informações; saúde e qualidade de vida; busca de oportunidades e iniciativa; consciência ecológica; trabalho em equipe; planejamento e monitoramento sistemático; comprometimento e persistência; persuasão e rede de contatos; exigência de qualidade e eficiência; correr riscos calculados; independência e autoconfiança; (SEBRAE, 2012)”.

No terceiro ano, o livro utilizado é sobre brinquedos ecológicos; os alunos são convidados a montar brinquedos, como um negócio dos jovens empreendedores. Eles realizam oficinas para a produção de brinquedos com materiais ecológicos. Nesse sentido, busca-se desenvolver no estudante a importância da sustentabilidade para o nosso planeta, de forma a perceber que a brincadeira é importante para o desenvolvimento das crianças.

Como nos livros dos anos anteriores, é retomada a questão: o que é ser empreendedor? Nesse livro, são trabalhados conteúdos referentes à qualidade de vida, ecologia e lixo. Com base no livro didático, os alunos deverão compreender:

[...] que é importante acreditar em você, fazer amigos, trabalhar em grupo e se dedicar para fazer tudo benfeito. Também aprenderá que é importante primeiro pensar no sonho que você deseja conquistar e entender o que será preciso fazer para chegar lá, pensando também na natureza e no bem-estar dos outros (SEBRAE, 2012).

Dessa forma, são questionados sobre o que são brinquedos ecológicos; são levados a pensar sobre os comportamentos empreendedores, como a tomada de decisões, que, segundo o livro do professor: “[...] tomar decisões adequadas é um dos comportamentos que o empreendedor precisa desenvolver para garantir o sucesso dos negócios (SEBRAE, 2102).”

Os estudantes também devem realizar pesquisa com os possíveis clientes para descobrir quais os principais brinquedos e brincadeiras que vão preferir, sendo que essa pesquisa deve ser feita de forma ampla, sem direcionamentos para escolhas de determinadas brincadeiras.

Após definir o que vai ser feito, os discentes devem decidir quem vai realizar as tarefas para a construção dos brinquedos (o material disponibilizado pelo SEBRAE traz alguns modelos de brinquedos). Serão produzidos convites e cartazes para a divulgação da oficina ecológica, organização do espaço, onde será realizada a oficina, definir os preços dos produtos, etc. No final, depois que a oficina for realizada, os alunos fazem uma análise dos resultados, apontando os pontos positivos e negativos.

No quarto ano do curso Jovens Empreendedores Primeiros Passos, é trabalhada a locação de produtos: “os alunos aprenderão a importância de identificar a preferência dos futuros clientes, a necessidade de planejar e pensar no que é necessário para a realização de uma atividade (SEBRAE, 2012)”.

Nesse ano, os estudantes são questionados sobre seus sonhos:

Sonhar é importante, pois quando sonhamos e desejamos algo de verdade, nos dispomos a agir no caminho de conquistar o que esperamos. Não é mágica; é esforço! E assim são os empreendedores, sonham, planejam o que é preciso fazer e se esforçam para realizar o que desejam (SEBRAE, 2012).

O curso Jovens Empreendedores Primeiros Passos divulga a ideia de que, quem tem sonhos e traça o caminho necessário para alcançá-lo, efetiva o primeiro passo para alcançar o sucesso.

Nos capítulos do material, disponibilizado pelo SEBRAE, os alunos devem planejar e montar uma locadora de produtos; os produtos dados como sugestão no material didático são os gibis, livros, filmes, jogos, fantasias, entre outros, que poderão ser doados ou emprestados pelos próprios discentes da turma ou da escola.

Todos da turma serão sócios da locadora; eles é que vão estabelecer e assinar um contrato para os sócios, ou seja, os próprios alunos do quarto ano com a escola, já que o espaço será usado para a montagem da locadora.

Os alunos, segundo o livro do professor, são estimulados:

Em diferentes momentos do curso os alunos deverão tomar decisões, contando com o apoio do professor, que favorecerá a troca de ideias entre os alunos. O professor estimula a reflexão, a interação e faz o encaminhamento das respostas considerando as questões relacionadas [...], valorizando os momentos coletivos em que o grupo toma decisões. Com isso, identifica-se a importância deste comportamento empreendedor para o sucesso do plano de negócios e, assim, estimula atitudes como o respeito e o saber ouvir (SEBRAE,2012).

No quinto ano, o tema a ser trabalhado são as cores e os sabores dos alimentos, buscando proporcionar aos alunos a compreensão da importância de alimentos saudáveis, gostosos e bem higienizados, que vão ao encontro da valorização da cultura local, sendo trabalhada a importância da valorização das receitas de família, na hora do preparo das comidas.

Alguns dos comportamentos empreendedores a serem trabalhados nesse ano são:

[...] acreditar no seu potencial, trabalhar em equipe e organizar e planejar as atividades que precisam ser feitas para realizar aquilo que se deseja. [...] valorizar a cultura e cuidar do meio ambiente para que todos se sintam bem nas suas cidades e comunidades, afinal, os empreendedores procuram também pensar no bem comum (SEBRAE, 2012).

Sendo assim, serão estimulados a desenvolver seu potencial empreendedor, pois, segundo a proposta do SEBRAE, toda a criança possui possibilidade empreendedora; assim, devem ser estimuladas, para que sejam desenvolvidas tais habilidades, de forma muito natural.

Durante o ano, os alunos irão trabalhar com a alimentação saudável, verificando quais são os alimentos que são considerados saudáveis, sendo questionados sobre a função dos alimentos na vida das pessoas. O material apresenta vários comportamentos que são empreendedores, a exemplo:

Saber o que deseja alcançar, planejar e acompanhar o que é preciso fazer para chegar até o objetivo determinado, se

esforçar e se empenhar para que dê certo, seguir em frente na busca do objetivo mesmo que apareçam algumas dificuldades, e tentar de novo e de forma diferente caso algo dê errado, buscar sempre fazer benfeito aquilo que se propôs, estudar e buscar informações constantemente sobre o assunto em questão, avaliar e colocar boas ideias em prática, fazer o que precisa ser feito usando criatividade, trabalhar em equipe sempre que necessário, se relacionar bem com as pessoas em geral, saber mostrar a sua ideia ou atividade, como algo interessante, avaliar as informações e situações que surgirem para tomar decisões, acreditar no seu potencial para alcançar seus objetivos e melhorar cada vez mais (SEBRAE, 2012).

O material destinado para os estudantes do quinto ano tem um grau de dificuldade mais avançado, em relação ao material dos anos anteriores, trazendo atividades mais direcionadas para o desenvolvimento dos comportamentos empreendedores, já citados anteriormente. É nesse ano que se trabalha, de forma mais específica, todos os comportamentos da ideologia do empreendedorismo.

Fazendo a análise desse material, podemos compreender que, por meio de atividades simples, que parecem brincadeiras para as crianças, o programa busca estabelecer todos os “pré-requisitos” para desenvolver o espírito empreendedor, junto às crianças.

Segundo o SEBRAE:

Todas as atividades do curso Jovens Empreendedores Primeiros Passos têm propósito pedagógico e são alicerçadas na premissa da educação empreendedora que busca promover a prática, o aprender fazendo como estratégia educacional que possibilite estimular atitudes empreendedoras nos alunos. Com a realização de atividades lúdicas, o curso possibilita aos alunos momentos de conhecimento, criação e sensibilização à cultura empreendedora, aprendendo de forma prática e contextualizada. (SEBRAE, 2012).

As principais atividades desenvolvidas no decorrer de todos os livros estão diretamente relacionadas ao planejamento e execução de tarefas simples, mas estão diretamente relacionadas aos comportamentos empreendedores. Nesse sentido, é possível estabelecer uma relação estreita com um dos pilares propostos pela UNESCO o “aprender a fazer”; a citação acima, do SEBRAE, deixa claro que o empreendedor deve aprender na prática e, para as crianças, de forma lúdica.

O curso Jovens Empreendedores Primeiros Passos tem um papel fundamental na divulgação e reprodução da ideologia do empreendedorismo, envolvendo alunos, professores, pais e toda a comunidade, já que, ao final de todos os anos, os alunos são convidados a realizar uma feira para a venda dos produtos produzidos no decorrer do curso. Dessa forma, desenvolve-se a ideia de que as aulas foram produtivas, de forma a possibilitar aos alunos o desenvolvimento e a criação dos produtos finais, que são as ervas aromáticas, temperos naturais, brinquedos ecológicos, locadora de produtos, sabores e cores (alimentação saudável).

Em todos os livros do material didático, disponibilizado pelo SEBRAE para os professores, é traçado o perfil que esse profissional deve ter durante o curso.

O perfil do professor da educação empreendedora deve ser de mediador das descobertas do grupo. Além do mais, este deve ter iniciativa para a sua formação continuada, abrindo-se a novas maneiras de aprender e ensinar. Para tanto, a sua prática necessita interagir com as diferentes formas de aprendizagem, contribuir para um ambiente motivador, respeitar os estilos individuais e do grupo, acolher a realidade e o interesse da região, estimular a autonomia, a argumentação e a criação, propiciando que todos alcancem os objetivos (SEBRAE, 2012).

Segundo essa lógica, o professor tem responsabilidade pelo desenvolvimento econômico e social da sua cidade e região.

O Programa Jovens Empreendedores Primeiros Passos atende aos interesses dos Organismos Internacionais, como o Banco Mundial, de forma estratégica, para desenvolver cada vez mais cedo o espírito empreendedor, no qual cada sujeito vai buscar os seus próprios meios de trabalho, não sendo dependente do sistema, pois o sistema capitalista não suporta toda a mão de obra disponível na sociedade.

Sendo assim, procuramos evidenciar aqui que os quatro pilares para a educação da UNESCO, os princípios liberais, as competências e o empreendedorismo visam que o sujeito seja empreendedor dos seus objetivos desde cedo, não dependendo do sistema pré-existente para alcançar renda à sua sobrevivência.

Hoje, o termo empreendedorismo está presente em diversos espaços, mostrando-se uma possível solução para os problemas da sociedade atual; no entanto, se analisarmos as reais intenções dessa teoria, perceberemos que ela só tem deixado cada vez mais o trabalhador desapropriado da sua real condição de explorado pelo sistema capitalista. Nesse sentido, os teóricos analisados ajudam a estabelecer a crítica a esse modelo educacional.

Afirma Coan:

Esse arcabouço teórico oferece os elementos necessários à realização da crítica à educação para o empreendedorismo como movimento edificado sob os princípios das relações sociais capitalistas e, portanto, voltados para a sua legitimação, uma vez que se serve de referenciais e pressupostos reacionários às lutas dos trabalhadores e contribui para a internalização da ideologia dominante e a consequente alienação humana (2011, p. 453).

A educação, proposta pelo Programa Jovens Empreendedores Primeiros Passos, não busca a emancipação dos filhos da classe trabalhadora, no entanto, contribui para a legitimação e divulgação dos interesses da ideologia empreendedora, que atende aos princípios do capitalismo mundial.

O curso Jovens Empreendedores Primeiros Passos reforça uma educação descontextualizada, proporcionando uma perda de conteúdos científicos e banalizando a educação básica, de modo a deixar os alunos alheios ao seu contexto social.

A cultura, baseada na ideologia do empreendedorismo, passa a culpabilizar os sujeitos pelo fracasso de não conseguir um bom emprego ou não se manter em bons empregos. Na análise de Coan:

[...] ganham evidência os discursos centrados na responsabilidade social, empreendedorismo voltado para o desenvolvimento de projetos educacionais de viés comunitário que, simultaneamente, despolitizam as relações sociais contraditórias e responsabilizam a pessoa e a comunidade pelas soluções das questões sociais e, simultaneamente, estimulam a competitividade e o individualismo como valor moral (2011, p. 454).

Dessa maneira, a sociedade, baseada na ideologia do empreendedorismo, deixa de responsabilizar os reais culpados pelo desemprego, pela falta de saúde e educação pública de qualidade, passando a

culpar os sujeitos, os trabalhadores, como se eles é que não fossem capazes de escolher bons representantes, para, assim, conseguir melhores condições à sociedade.

### **Considerações finais**

A educação, baseada na ideologia do empreendedorismo, vem atingido grandes repercussões no campo educacional. Por esse motivo, essa pesquisa buscou problematizar a ideologia e seu conteúdo, que se expressa por meio da pedagogia das competências, no curso Jovens Empreendedores Primeiros Passos. As questões levantadas nessa pesquisa foram: o que é o empreendedorismo e como essa “ideologia educacional” está fundamentada? O que é a Pedagogia das Competências? O que é o Curso Jovens Empreendedores Primeiros Passos? Procuramos responder tais questões, por meio da análise do material didático, utilizado em escolas, que adotam o Programa do 1º ao 5º ano do ensino fundamental.

O objetivo geral, que norteou a pesquisa, foi investigar o empreendedorismo e a pedagogia das competências, por meio da investigação a respeito do programa do SEBRAE, denominado: Jovens Empreendedores Primeiros Passos (JEPP), a fim de compreender como vem tratando a ideologia do empreendedorismo nas escolas de educação básica no Brasil.

Na investigação realizada, ao nos debruçarmos sobre as orientações dos organismos internacionais, mais especificamente do Banco Mundial, foi possível perceber que tal instituição apoia a educação baseada no empreendedorismo e pedagogia das competências, pois essa instituição oferece base para políticas que vão ao encontro da ideologia empreendedora.

Sabemos que a educação não é neutra; pelo contrário, está carregada de intencionalidade e interesses políticos, os quais corroboram a lógica capitalista.

As políticas educacionais são colocadas para todo o sistema educacional, sem o devido cuidado de verificar se são, de fato, necessárias e se vão atender aos interesses daquela população. O Estado mantém sob seu controle o que vai ser ensinado, de modo geral, para a população. A legislação,

que está voltada para a educação, atende à determinada concepção e a interesses, os quais, de acordo com a própria legislação, é direito de todos; no entanto, nem sempre os grupos sociais são questionados sobre quais são os seus interesses e necessidades.

Analisamos que a legislação educacional e todo o processo de estruturação do Estado atende a interesses bem determinados, por isso, a educação vai de “mal a pior”, porque não é do interesse do Estado que o filho do trabalhador aprenda a questionar sua realidade.

Podemos analisar que a educação para o empreendedorismo vem servindo aos interesses capitalistas, usando meios ideológicos para convencer seus interlocutores de que essa é a melhor forma para a ascensão social.

O processo educacional brasileiro está todo estruturado de modo que atenda aos interesses de determinado grupo econômico. Nesse sentido, a educação mostra-se uma excelente forma de reprodução e consolidação da ideologia capitalista.

O sistema econômico e todo o processo capitalista de acumulação é tão bem articulado que as pessoas acreditam que são as únicas culpadas por não atingirem seus objetivos, por isso, o capitalismo as incentiva a se tornar empreendedoras, donas do seu próprio negócio, uma vez que, quanto mais pessoas buscarem ser independentes, criativas e autoconfiantes, menos elas irão depender dos auxílios que o Estado disponibiliza, como por exemplo, o seguro-desemprego.

No decorrer da presente pesquisa, pudemos analisar que a ideologia do empreendedorismo vem ganhando cada vez mais adeptos. O perfil empreendedor vai muito além de saber gerenciar só os negócios; para seus defensores, é uma questão de ver o mundo com outros olhos, de lidar com sentimentos e aprender a calcular riscos, sendo empreendedor primeiro das suas vidas.

A pedagogia das competências expressa, assim, os conteúdos e a forma pedagógica da ideologia empreendedora, ou seja, as duas estão intimamente

ligadas para desenvolver nas crianças o “espírito” empreendedor, de modo que todos busquem essa nova ideia, para participar do mercado.

No que se refere ao objeto principal dessa pesquisa, o curso Jovens Empreendedores Primeiros Passos, após a análise do material didático do aluno e o material fornecido para os professores, que trabalham com o curso, pudemos verificar que se trata da ideologia do empreendedorismo como um meio possível para mudar a realidade de falta de emprego, justificando para o trabalhador que, se ele buscar desenvolver suas “habilidades” empreendedoras, terá grandes chances de alcançar sucesso na sua vida profissional.

Os princípios liberais, descritos na pesquisa, têm ligação fundamental ao desenvolvimento posterior dos pilares da educação, apresentados pela UNESCO, em 1995, e se materializam nas propostas do empreendedorismo, como pode ser observado nos livros didáticos do curso Jovens Empreendedores Primeiros Passos do SEBRAE.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, Louis. **APARELHOS IDEOLÓGICOS DE ESTADO**. 2. ed. Trad. de Valter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- AMADEI, Tânia Mara; TEIXEIRA, Roseli T. Selicani. **AVALIAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR - DIÁLOGOS E REFLEXÕES**. 2007. Disponível em: <[http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernos/pde/pdebusca/producoes\\_pde/2007\\_uem\\_edfis\\_artigo\\_tania\\_mara\\_amadei.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernos/pde/pdebusca/producoes_pde/2007_uem_edfis_artigo_tania_mara_amadei.pdf)>. Acesso em: 12 nov. 2017.
- APRENDIZAGEM, Conferência Mundial Sobre Educação Para Todos Satisfação das Necessidades Básicas de. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**. Disponível em: <[file:///C:/Users/Admin/Downloads/declaracao\\_mundial\\_sobre\\_educacao\\_para\\_todos\\_de\\_marco\\_de\\_1990.pdf](file:///C:/Users/Admin/Downloads/declaracao_mundial_sobre_educacao_para_todos_de_marco_de_1990.pdf)>. Acesso em: 8 set. 2017.
- BAGGIO, Adelar Francisco; BAGGIO, Daniel Knebel. **EMPREENDEDORISMO: CONCEITOS E DEFINIÇÕES**. 2014. Disponível em: <[file:///C:/Users/Admin/Downloads/612-2762-2-PB \(1\).pdf](file:///C:/Users/Admin/Downloads/612-2762-2-PB%20(1).pdf)>. Acesso em: 16 nov. 2016.
- BOTTOMORE, Tom. **DICIONÁRIO DO PENSAMENTO MARXISTA**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. Disponível em: <[http://sociological.dominiotemporario.com/doc/DICIONARIO\\_DO\\_PENSAMENTO\\_MARXISTA\\_TOM\\_BOTTOMORE.pdf](http://sociological.dominiotemporario.com/doc/DICIONARIO_DO_PENSAMENTO_MARXISTA_TOM_BOTTOMORE.pdf)>. Acesso em: 14 dez. 2016.
- BRANCO, Rodrigo Castelo. **O NOVO-DESENVOLVIMENTISMO E A DECADÊNCIA IDEOLÓGICA DO ESTRUTURALISMO LATINO-AMERICANO**. 2009. Disponível em: <<http://www.revistaokos.org/seer/index.php/oikos/article/view/132/111>>. Acesso em: 19 nov. 2016.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS**. 1998. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/bp-papers/orgsociais.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2016.
- BUENO, Cristiane Aparecida Ribeiro. **AS PROPOSIÇÕES DO BANCO MUNDIAL PARA AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL (1990–2010)**. 2012. 140 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Unioeste, Cascavel, 2012. Disponível em: <[http://portalpos.unioeste.br/media/File/educacao/Dissertacao\\_Cristiane\\_Bueno.pdf](http://portalpos.unioeste.br/media/File/educacao/Dissertacao_Cristiane_Bueno.pdf)>. Acesso em: 14 maio 2017.

- BUENO, Cristiane Aparecida Ribeiro; FIGUEIREDO, Ireni Marilene Zago. **A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PARA O BANCO MUNDIAL: A ÊNFASE NA “SATISFAÇÃO DAS NECESSIDADES BÁSICAS” PARA O ALÍVIO DA POBREZA E SUA RELAÇÃO COM AS POLÍTICAS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL.** 2012. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1024/128>>. Acesso em: 12 nov. 2017.
- CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves de. **REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, REFORMA ADMINISTRATIVA DO ESTADO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO.** 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v30n109/v30n109a11.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2016.
- CARVALHO, Rodrigo Saballa de; KARPOWICZ, Alexandre Prinzler. A formação de professores e supervisores escolares “empreendedores”: reflexões sobre o empreendedorismo como “valor pedagógico”. **Olhar de Professor**, Ponta Grossa, v. 13, n. 2, p.1-16, 2010. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/2575/2359>>. Acesso em: 30 fev. 2017.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** 5.ed. São Paulo: Cortez, 1991.
- COAN, Marival. **EDUCAÇÃO PARA O EMPREENDEDORISMO COMO ESTRATÉGIA PARA FORMAR UM TRABALHADOR DE NOVO TIPO.** 2012. Disponível em: <[http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Trabalho\\_e\\_Educacao/Trabalho/09\\_20\\_00\\_2780-6586-1-PB.pdf](http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Trabalho_e_Educacao/Trabalho/09_20_00_2780-6586-1-PB.pdf)>. Acesso em: 12 nov. 2016.
- COAN, Marival. **EDUCAÇÃO PARA O EMPREENDEDORISMO: IMPLICAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS, POLÍTICAS E PRÁTICAS.** 2011. 540 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências da Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/94847/298002.pdf?sequence>>. Acesso em: 12 fev. 2017.
- COAN, Marival. **EDUCAÇÃO PARA O EMPREENDEDORISMO COMO SLOGAN DO CAPITAL.** In: EVANGELISTA, Olinda. O que revelam os slogans na política educacional. Araraquara, Sp: Junqueira&marin;, 2014. p. 141-172.
- CORAGGIO, José Luis. **PROPOSTAS DO BANCO MUNDIAL PARA A EDUCAÇÃO: SENTIDO OCULTO OU PROBLEMAS DE CONCEPÇÃO?** In: TOMMASI, Livia de; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sergio. O Banco Mundial e as políticas educacionais. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000. Cap. 3. p. 75-124.
- COSTA, Marcelo Lima. **O SISTEMA SEBRAE.** 2003. Disponível em: <[http://www.concepcaoconsultoria.com.br/images/upload/file/SEBRAE\\_SE2015 - T\\_I/Documentos para Consulta/HISTÓRICO SEBRAE.pdf](http://www.concepcaoconsultoria.com.br/images/upload/file/SEBRAE_SE2015 - T_I/Documentos para Consulta/HISTÓRICO SEBRAE.pdf)>. Acesso em: 23 mar. 2017.

- COSTA, Thais Almeida. **A NOÇÃO DE COMPETÊNCIA ENQUANTO PRINCÍPIO DE ORGANIZAÇÃO CURRICULAR**. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n29/n29a05>>. Acesso em: 05 jul. 2016.
- CUNHA, Luiz Antônio. **EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL NO BRASIL**. 4. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.
- CUNHA, Hena Levi Bastos Oliveira; MAGALHÃES, Ana Cristina Macedo; GUERRA, Jorge Carlos Correa. **PROGRAMA JOVENS EMPREENDEDORES: PARCERIA ENTRE O SEBRAE E REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO DE ITAPETININGA (SP)**. 2013. Disponível em: <[http://www.eventos.ct.utfpr.edu.br/anais/snpd/pdf/snpd2013/Ana\\_Cristina\\_Mac edo\\_Magalhaes.pdf](http://www.eventos.ct.utfpr.edu.br/anais/snpd/pdf/snpd2013/Ana_Cristina_Mac edo_Magalhaes.pdf)>. Acesso em: 12 jan. 2017.
- DELORS, J. (Org.). **EDUCAÇÃO UM TESOURO A DESCOBRIR**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. Brasília, DF: MEC: UNESCO, 1999.
- DELUIZ, Neise. **O MODELO DAS COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS NO MUNDO DO TRABALHO E NA EDUCAÇÃO: IMPLICAÇÕES PARA O CURRÍCULO**. Disponível em: <<http://www.senac.br/INFORMATIVO/BTS/273/boltec273b.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2017.
- EUROPEIA, Comissão. **TORNAR O ESPAÇO EUROPEU DE APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA UMA REALIDADE**. 2001. Disponível em: <<http://dne.cnedu.pt/dmdocuments/Com. Europa.-Aprendizagem ao longo da vida.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2017.
- EVANGELISTA, Olinda; LEHER, Roberto. **TODOS PELA EDUCAÇÃO E O EPISÓDIO COSTIN NO MEC: A PEDAGOGIA DO CAPITAL EM AÇÃO NA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA**. 2012. Disponível em: <[http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN1519\\_Artigo\\_Roberto\\_Leher\\_e Olinda\\_Evangelista.pdf](http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN1519_Artigo_Roberto_Leher_e_Olinda_Evangelista.pdf)>. Acesso em: 26 abr. 2017.
- FAVORETO, Aparecida. **MARXISMO E EDUCAÇÃO NO BRASIL (1922-1935): O DISCURSO DO PCB E DE SEUS INTELECTUAIS**. 2008. Disponível em: <<http://www.ppge.ufpr.br/teses/D09-FAVORETO.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2016.
- FIORI, José Luís. **OS MOEDEIROS FALSOS**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- FONSECA, Marília. **O BANCO MUNDIAL COM O REFERÊNCIA PARA A JUSTIÇA SOCIAL N O TERCEIRO MUNDO: evidências do caso brasileiro**. 1998. Disponível em: <<file:///C:/Users/Admin/Downloads/59613-77033-1-PB.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2017.
- FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. **O que é Globalização?** Disponível em: <<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/o-que-globalizacao.htm>>. Acesso em: 04 set. 2017.

- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. Ed. 21. São Paulo: Loyola, 2011
- LAVAL, Christian. *A Escola não é uma empresa. O neo-liberalismo em ataque ao ensino público*. Tradução de Maria Luiza M. de Carvalho e Silva. Londrina: Editora Planta, 2004.
- LEHER, Roberto. **Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização**: a educação como estratégia do Banco Mundial para “alívio da pobreza”. 1998. 267 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- LONGENECKER, Justin et al. **Administração de Pequenas Empresas**. N/a: Thomson Pioneira, 2007. 498 p.
- MARX, K; ENGELS, F. **A ORIGEM DA FAMÍLIA DA PROPRIEDADE PRIVADA E DO ESTADO**. In. *Obras Escolhidas Vol. 3*. São Paulo, Editora Alfa - ômega, s/d.
- MEC. **EDUCAÇÃO ECONÔMICA E EMPREENDEDORISMO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA: PROMOVENDO O PROTAGONISMO INFANTO-JUVENIL**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=8214-educacao-economica-final-versao-preliminar-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8214-educacao-economica-final-versao-preliminar-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 24 nov. 2017.
- MUNDIAL, Banco. **Prioridades y estrategias para la educación**. 1995. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/pt/715681468329483128/pdf/14948010spanish.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2017.
- NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães. **AJUDA EXTERNA PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA: DA USAID AO BANCO MUNDIAL**. Cascavel: Edunioeste, 1999. 192 p.
- OLIVEIRA, Roberta Fernandes de; GUERRINI, Fábio Müller. **CARACTERÍSTICAS DAS TIPOLOGIAS DE REDES DE COOPERAÇÃO ENTRE EMPRESAS**. 2002. Disponível em: [http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2002\\_TR76\\_0616.pdf](http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2002_TR76_0616.pdf). Acesso em: 19 out. 2017.
- PETRAS, James F. Os fundamentos do neoliberalismo. In: OURIQUES, Nildo Domingos; RAMPINELLI, Waldir José (Org.). **NO FIO DA NAVALHA**: crítica das reformas neoliberais de FHC. 2. ed. São Paulo: Xamã, 1997. Cap. 1. p. 15-38.
- POMBO, Adriane Alvarenga da Rocha. **O QUE É SER EMPREENDEDOR**. Disponível em: [http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS\\_CHRONUS/bds/bd](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bd)

s.nsf/A2EEEEAD6407D759003256D520059B1F8/\$File/NT00001D9A.pdf>.

Acesso em: 12 jan. 2017.

RAMOS, Marise Nogueira. A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PELA PEDAGOGIA DAS COMPETÊNCIAS E A SUPERFÍCIE DOS DOCUMENTOS OFICIAIS. **Educ. Soc.**, Campinas, , v. 23, n. 80, p.401-422, 2002. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

RAMOS, Marise Nogueira. **A PEDAGOGIA DAS COMPETÊNCIAS E A PSICOLOGIZAÇÃO DAS QUESTÕES SOCIAIS**. Disponível em: <<http://www.senac.br/informativo/BTS/273/boltec273c.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

RODRIGUES, Marilda MerÊncia. **EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA: A ETERNA OBSOLESCÊNCIA HUMANA**. 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/92064/261607.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 11 jan. 2017.

SCHULTZ, T. W.. O Capital Humano: investimentos em educação e pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **CAPITALISM, SOCIALISM AND DEMOCRACY**. London And New York: Routledge, 1942. 460 p. Disponível em: <<http://digamo.free.fr/capisoc.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2017.

SEBRAE, **PROGRAMA JOVENS EMPREENDEDORES PRIMEIROS PASSOS: FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA MANUAL DO PARTICIPANTE**, Brasília: SEBRAE, 2012.

SEITENFUS, Ricardo. **MANUAL DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS**. 5. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Educação, Ideologia e Contra - Ideologia**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda., 1986. 106 p.

SILVA, Maria Abádia da. **INTERVENÇÃO E CONSENTIMENTO: A POLÍTICA EDUCACIONAL DO BANCO MUNDIAL**. São Paulo: Fapesp, 2002.

SOARES, Maria Clara Couto. **BANCO MUNDIAL: POLÍTICAS E REFORMAS**. In: TOMMASI, Livia de; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio. O banco mundial e as políticas educacionais. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000. Cap. 1. p. 15-40.

TOMMASI, Livia de; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio. **O BANCO MUNDIAL E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

TORRES, Rosa María. **MELHORAR A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA? AS ESTRATÉGIAS DO BANCO MUNDIAL**. In: TOMMASI, Livia de; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sergio. O Banco Mundial e as políticas educacionais. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000. Cap. 4. p. 125-194.

UNESCO. **PROJETO REGIONAL DE EDUCAÇÃO PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE**. 2004. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001372/137293por.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2017.